

**Série Documentos,
Política & Teoria**

Vol. 2



II CONUNIPA:

"A Revolução Social no Brasil"

**Programa Reivindicativo e Programa
Revolucionário**

Imagem:

Capa: *A Luta pela Terra: a marcha de uma coluna humana.* Foto de Sebastião Salgado, 1996, Paraná – ocupação da fazenda Giacometi pelo MST.

“A Revolução Social no Brasil”

Resoluções do II Congresso da União Popular Anarquista

**Realizado nos dias 14, 15, 21 e 22 de fevereiro e 13 e 14 de
março de 2004, no estado do Rio de Janeiro**

“Programa Reivindicativo e Programa Revolucionário”

Série Documentos, Política & Teoria
Volume 2

ÍNDICE

A Revolução Social no Brasil	
Introdução	7
I - Resoluções sobre Ideologia e Teoria	10
1 – O Pensamento Guia	10
2 – Ideologia e Teoria Anarquistas: os elementos constitutivos	11
<i>A Ideologia</i>	11
<i>A Teoria</i>	13
3 – O Anarquismo e sua verdadeira história	15
II - Resoluções sobre a Política Popular Revolucionária	19
4 – As Duas Ferramentas da Luta Revolucionária	20
5 – Análise Bakuninista da sociedade brasileira - Teses sobre a revolução social no Brasil	22
6 – Uma Estratégia Revolucionária para o Brasil	28
7 - Um Programa para a Revolução Social brasileira	32
<i>O Problema do Poder...</i>	32
<i>O que destruir...</i>	34

<i>O que construir ...</i>	36
<i>Programa da Revolução Social Brasileira e seus 40 pontos</i>	37
8 – Encerramento do II Congresso	43
Programa Reivindicativo e Programa Revolucionário	
1 - Situação Revolucionária e Programa Revolucionário	45
2 - O Programa Reivindicativo e a formação da Situação Revolucionária	48
3 - Orientações para a Luta Popular: o Programa Reivindicativo	52
4 – Orientações para a Situação Revolucionária: o Programa Revolucionário	57
5 – A Árvore e a Semente: o Papel e Interdependência dos Programas	64

“A Revolução Social no Brasil”

Resoluções do II Congresso da UNIPA

Introdução

O II Congresso da **União Popular Anarquista** se realizou nos meses de fevereiro (14,15,21 e 22) e março (13 e 14) de 2004 com os seguintes objetivos: definir as bases teóricas da organização; abordar construtivamente a questão da estratégia e do programa revolucionário para o Brasil.

O II Congresso visou definir os alicerces básicos para uma política popular revolucionária de longo prazo, que espera contribuir para que o anarquismo seja uma opção real para as massas populares e força propulsora da luta de classes. O Congresso foi dividido em blocos de discussão, nos quais se apresentam as resoluções: **Bloco 1 – ideologia e teoria**, e **Bloco 2 - política popular revolucionária**, compreendendo os temas da estratégia e do programa.

O II Congresso de nossa organização se dá num momento histórico que é preciso qualificar. Depois da vitória do PT (Partido dos Trabalhadores) nas eleições presidenciais de 2002, muitas ilusões foram desfeitas, já que o Governo Lula se mostrou profundamente comprometido com os empresários e o imperialismo. O governo do PT exemplifica a tese clássica do anarquismo segundo a qual o reformismo tende a assumir um papel reacionário ao compactuar com e implementar a política burguesa.

O caso do PT apresenta as conseqüências da via reformista, opção sob a qual este partido se formou e aprofundou gradualmente durante os anos até chegar a ser o que é hoje, um partido que implementa políticas neoliberais.

Se as eleições burguesas somente se apresentam num ciclo de ilusão-frustração das massas, a Revolução Social é o único meio para corrigir as injustiças históricas da sociedade brasileira, promovendo a destruição do Estado e do Capitalismo e a construção do Socialismo. A Revolução Social é uma necessidade das massas e é uma aspiração da nossa organização.

O Brasil é um país de cerca 180 milhões de habitantes, está entre as 10 economias mais importantes do mundo, mas ainda têm crianças morrendo de fome, pessoas assassinadas pela polícia, que fica impune, empresários que exploram seus trabalhadores como se estes fossem escravos, e escravos de verdade nas fazendas do interior do país.

A opção pelo **anarquismo** é a opção **pela Revolução Social**, já que nenhuma ideologia política revolucionária, além do anarquismo, formulou um programa efetivamente socialista, que suplantasse a burguesia e o capital. Logo, a opção pelo anarquismo é a opção pela eliminação definitiva do sistema social capitalista, raiz dos principais problemas do povo: miséria, opressão, injustiça, exploração e fome. Mas para isso é preciso de meios concretos e orientações políticas claras.

Por outro lado, a ideologia anarquista enquanto expressão do **socialismo revolucionário**, é a única capaz de dar respostas reais as aspirações populares, transformando radical e efetivamente a sociedade brasileira.

No entanto a atual conjuntura do país apresenta o reformismo como uma das forças predominantes nas organizações populares, que emperram a luta revolucionária e desviam as massas de um projeto socialista. Entre a atual situação e a missão revolucionária do anarquismo existe uma série de obstáculos que precisam ser derrubados.

É no sentido de superar tais obstáculos que o II Congresso abordou problemas fundamentais da luta revolucionária, fixando orientações justas e meios efetivos para luta pelo socialismo. Sabemos das dificuldades impostas pelos nossos inimigos e pelas nossas próprias limitações. Mas devemos estar a altura de nossos propósitos.

Sabemos também que não estamos sozinhos nesta luta, o que é muito bom. Outros revolucionários estão trabalhando no mesmo sentido. E o conjunto dos revolucionários não está só. O povo continua sua luta cotidiana, pelo pão, pela dignidade, pela vida e se junta cada vez mais à caminhada revolucionária. Temos consciência que a nossa luta é uma luta de longo prazo, e nos preparamos para tal.

A **União Anarquista** traz para si, enquanto minoria ativa, a responsabilidade de ser a primeira a tomar parte na luta das massas e a última a recuar dela; traz para si também a responsabilidade de desenvolver a luta ideológica, a luta política e a luta teórica de forma a nunca deixar o movimento popular desarmado nestes níveis perante os seus principais inimigos.

Mas a principal responsabilidade da organização, a sua missão última, é sustentar a **causa do povo** e agir enquanto **amigo do povo**, atuando no seio das **Lutas do povo**. A causa do povo, se no longo prazo é representada pelo socialismo, hoje é expressa em cada reivindicação concreta, em cada direito social ou político, que a organização tem o dever de defender e lutar para ampliar.

Nossa organização visa atuar não como "representante", distante, encastelado em palácios e gabinetes, mais enquanto **amigo do povo**, que vive suas dificuldades, compartilha suas dores e alegrias nas favelas e palafitas, nas escolas e fabricas, nos sertões e campos do interior do país, orientando, ajudando, trabalhando em conjunto.

É para honrar estes compromissos que o II Congresso se reuniu. Abaixo seguem as resoluções das discussões e esperamos que elas possam aglutinar a militância revolucionária e o movimento de massas.

Agora é o momento de lançar as bases do trabalho, reunir forças e impulsionar as lutas. Fazer com que nossa organização e sua política revolucionária alcancem as massas do campo e das cidades, trilhando com o povo o caminho da Revolução Social.

Nem um Passo Atrás!!!

Nas lutas concretas e nos sonhos de libertação de todos os oprimidos de nossa terra!!!

I - Resoluções sobre Ideologia e Teoria

"As reticências, as meias verdades, os pensamentos castrados, as atenuações complacentes e concessões de frouxa diplomacia, não são os elementos de que se formam as grandes coisas: elas só se fazem com grandes corações, um espírito justo e firme, um objetivo claramente determinado e uma grande coragem. Nós empreendemos uma coisa bastante grande senhores, elevemo-nos a altura do nosso empreendimento: grande ou ridículo, não há termo médio, e para que ele seja grande, é preciso que pelo menos pela nossa audácia e pela nossa sinceridade também nos tornemos grandes.

... nós sabemos que em política não existe nenhuma prática honesta e útil possível, sem uma teoria e um objetivo claramente determinados."

Mikhail Bakunin

O II Congresso tratou de dar definições claras sobre o tema da Ideologia e da Teoria Anarquista e de se posicionar perante as diversas experiências históricas fundamentais para o anarquismo. Isto é fundamental já que é sobre a ideologia e a teoria que se fundam a política revolucionária, e são elas que alimentam e fornecem os critérios para formulação do programa, da estratégia, da política revolucionária. É preciso termos definições claras e firmes, sem hesitações, como afirmado pelo próprio Bakunin.

1 – O Pensamento Guia

Nossa organização reconhece como guia o pensamento político revolucionário de Mikhail Bakunin. Toda a ação política da organização é estabelecida sobre a crítica da sociedade capitalista e a concepção de socialismo elaborada pelo revolucionário anarquista, fundador da nossa ideologia.

A **União** entende também que este pensamento foi objetivado em uma prática política revolucionária, manifesta na organização revolucionária *Aliança* e no movimento de massas representado pela *Associação Internacional dos Trabalhadores*.

O **Bakuninismo** é a base teórica da política popular e revolucionária de nossa organização. Esta base teórica contém uma análise crítica da sociedade capitalista e das teorias liberais, indicando que caminho prático seguir durante a luta política e os objetivos a serem estabelecidos e alcançados. Sem partir desta base teórica é impossível desempenhar uma atuação política revolucionária anarquista verdadeira e eficaz.

O Bakuninismo, enquanto pensamento-guia da nossa organização, compreende livros, textos e experiências do revolucionário anarquista Mikhail Bakunin. Este pensamento inclui diversas teorias (sobre a sociedade, a economia, a revolução, a organização política) que foram produzidas em relação dialética com a prática política revolucionária anarquista.

Bakunin tomou por base as formulações de Pierre-Joseph Proudhon (chamava a si e a sua organização de proudhonista), e por isso podemos dizer que o Bakuninismo compreende o proudhonismo, sendo seu aperfeiçoamento e aprofundamento. O Bakuninismo é sinônimo de anarquismo e por isso se constitui na única fonte histórica legítima para a definição da ideologia anarquista e de seus elementos constitutivos.

Desta forma, a política revolucionária anarquista necessita do pensamento e das teorias do **Bakuninismo**. Podemos dizer que o anarquismo enquanto ideologia revolucionária e proletária é sinônimo de **Bakuninismo**.

O Pensamento Guia compreende a totalidade das formulações políticas e teóricas historicamente construídas por Bakunin, assim como a experiência concreta em que se inserem. Em termos materiais é representada pela sua obra política e intelectual (livros, panfletos, organizações).

Cabe agora delimitar os elementos fundamentais deste pensamento político, que sintetizados e simplificados fornecem os termos para a definição correta de uma ideologia e uma teoria.

2 – Ideologia e Teoria Anarquistas: os elementos constitutivos

A Ideologia

A organização tem como seu centro de estruturação a ideologia anarquista. A ideologia, entendida como sistema de idéias, valores e aspirações, se constitui como motor da prática política anarquista. Ela se apresenta ao mesmo tempo como eixo e como fórmula geral de entendimento do anarquismo.

O Congresso entendeu que 4 elementos constituem os princípios ideológicos (as idéias/valores e aspirações) que caracterizam o anarquismo: **Socialismo e Liberdade, Luta Classista e Organização**. As idéias de socialismo e liberdade como aspirações e as de luta classista e organização como valores máximos.

Estes quatro princípios ideológicos não foram definidos arbitrariamente. Eles surgiram da experiência histórica em que se forjou o nosso pensamento guia. É o pensamento guia que afirma a importância da organização.

Bakunin diz " *há no povo uma força elementar, mas esta precisa ser amparada por uma organização que permita mais do que a sublevação por si só, mas também a vitória revolucionária por uma preparação longa e prolongada*". Para Bakunin, é também a organização (a associação) o único caminho das massas para a libertação, a emancipação pela prática.

Mas a organização não se explica por si só. A organização só faz sentido em face de outra idéia, a luta classista. Bakunin afirma: "*Que desta organização, cada vez maior, da solidariedade militante do proletariado contra a exploração burguesa deva sair e surja efetivamente a luta política do proletariado contra a burguesia, quem duvida disso?*".

A luta se apresenta como fator positivo de movimento da sociedade e da história: "*Esta harmonia, é a ausência de luta, a ausência de vida, é a morte. Em política é o despotismo. Olhem para toda a história e convençam-se que em todas as épocas em todos os países em que há desenvolvimento e exuberância da vida, do pensamento, da ação criadora e livre, houve divergência, luta intelectual e social, luta de partidos políticos ...*"

As noções de luta classista e organização se manifestam assim como idéias/valores sempre presentes tanto na teoria quanto na prática política de Bakunin. São elas que caracterizam e sintetizam o fundamental do anarquismo.

A crítica bakuninista da sociedade capitalista é conjugada com outras duas idéias que sintetizam as aspirações fundamentais do anarquismo: "*Que a*

liberdade sem o socialismo é o privilégio, a injustiça; e que o socialismo sem a liberdade é a escravidão e a brutalidade..."

Socialismo e Liberdade, dois termos unidos dialeticamente pela concepção anarquista, quando separados se apresentam apenas como deformação. A revolução social se apresenta como único meio possível e necessário para a realização de tais aspirações. As concepções de luta classista e organização dos anarquistas se vinculam à aspiração socialista e libertária; estas se vinculam a prática da luta e da organização.

Socialismo, Liberdade, Organização e Luta Classista; estas idéias/valores e aspirações constituem os elementos básicos da ideologia anarquista. São estes elementos que fazem do anarquismo o que ele é.

Amparada de um lado na crítica teórica da sociedade capitalista, e de outro numa experiência revolucionária, com as quais constitui uma unidade dialética em permanente movimento, a **ideologia anarquista** tem uma dimensão própria, sendo o **motor da prática política anarquista**.

A Teoria

"Nenhum aparente acordo de opiniões políticas é suficiente para superar o antagonismo de interesses que divide a burguesia e os trabalhadores. Comunidade de convicções e idéias são e devem ser subsidiárias de uma comunidade de interesses e predisposições de classe. A vida domina o pensamento e determina a vontade. Esta é uma verdade que nunca deve se perder de vista quando queremos compreender qualquer fenômeno político e social. Se nos desejamos estabelecer uma sincera comunidade de pensamentos e vontades entre os homens, nos devemos funda-la sobre condições similares de vida, ou sobre uma comunidade de interesses."

Mikhail Bakunin

O bakuninismo se apóia no **materialismo** e na **dialética**, duas ferramentas teóricas que determinam toda a compreensão anarquista da realidade. Quem analisa a sociedade, de acordo com o materialismo, tal qual expresso por Bakunin, tem a experiência concreta como critério para a construção do conhecimento.

Neste sentido, a ação e o pensamento dos indivíduos é determinada dialeticamente por aquilo que eles próprios são e fazem, pelas posições que estabelecem entre si nas relações sociais.

Dessa forma, o que interessa é o que seres humanos fazem em suas ações e não o que eles dizem que fazem. As idéias não determinam a realidade por si só, mas fazem parte da realidade.

A concepção dialética Bakuninista é o que possibilita a visualização do fato da relação social ser movida pelo conflito, pela luta. A dialética é a ferramenta que permite ver o caráter instável da sociedade, de como ela se organiza e como ela muda pelo conflito através da história.

Um dos pilares básicos do pensamento Bakuninista é dado pela crítica da economia política, da filosofia e da jurisprudência, realizada através da adoção da perspectiva da **teoria do valor trabalho**, tomando Pierre Joseph Proudhon como base de seu pensamento.

A teoria do valor trabalho serve como base para a crítica da propriedade privada (da terra e dos meios de produção), que neste pensamento é vista numa relação direta de interdependência com as formas de governo, ou seja, com o Estado. Assim, a partir da análise da sociedade capitalista, o pensamento Bakuninista conclui que a propriedade privada mantém uma relação de interdependência necessária com o estatismo, representando na verdade duas faces da mesma moeda: o Capitalismo.

A propriedade privada é um roubo. Este roubo contínuo é que organiza a sociedade capitalista. Esta organização faz com que a sociedade se divida: de um lado a Burguesia, que detém os meios de produção, os meios de poder e violência e os meios de conhecimento, vivendo da exploração do trabalho propiciada pela propriedade privada; de outro o Proletariado, a massa numerosa da população que é obrigada a viver do trabalho (atividade assalariada) e que se encontra submetida à violência e ao arbítrio da burguesia.

Esta divisão da sociedade produz incessantemente a pobreza, a exploração brutal e a violência, ou seja, a injustiça que tem como contrapartida a luta de classes. A análise da sociedade capitalista, a partir de uma perspectiva materialista e dialética, permitiu a construção de uma estratégia política e um programa

revolucionário, que viabiliza a construção de uma nova sociedade. Da análise se extraíram orientações para a ação e luta política.

Coletivismo foi o conceito desenvolvido por Bakunin, que sintetizou ao mesmo tempo a análise crítica das relações capitalista de produção e da propriedade privada (elaborada por Proudhon) e uma conseqüente solução para a questão social.

Entendendo que o produto do trabalho é resultado de uma força coletiva, ele afirmou que somente a propriedade coletiva poderia ser uma fórmula justa de organização social e que somente o trabalho gera o direito de participação no produto. Logo, o coletivismo supõe que todos os direitos (políticos e civis) decorrem do trabalho.

O Pensamento **Bakuninista** é assim fundamentado. Esta perspectiva é que marca o caráter socialista e revolucionário do anarquismo. A Revolução Social, como destruição simultânea do Estado e da Propriedade Privada - em oposição à revolução política, que não transforma o sistema social vigente (síntese do sistema político e do sistema econômico) - é uma conseqüência lógica destes postulados teóricos.

A coletivização é uma conseqüência necessária do postulado teórico que vê o trabalho coletivo da sociedade como fonte geradora do valor e das riquezas, e a propriedade privada conseqüentemente como roubo.

3 – O Anarquismo e sua verdadeira história

O Pensamento Bakuninista seria negligenciado, combatido, e deturpado no século XIX, principalmente devido à derrota da Comuna de Paris (1871) e a repressão generalizada lançada sobre a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), iniciando-se o seu abandono após a morte de Bakunin (1876). No século XX este processo consolidou-se.

Três distintas correntes políticas se formam como caricaturas, desvios e oposição ao bakuninismo/anarquismo no correr do século XIX: o revisionismo, o ecletismo e o liquidacionismo.

O Revisionismo – fundado na revisão dos postulados fundamentais do anarquismo tais como sistematizados por Bakunin. O Revisionismo ataca os fundamentos ideológicos, teóricos, estratégicos e programáticos do anarquismo, inverte seu significado e assim simula reivindicá-los, buscando confundir-se com o anarquismo.

Historicamente o Revisionismo nasce e desenvolve-se a partir de duas matrizes diferenciadas: uma delas tem suas raízes nos EUA do final do século XIX com figuras como Benjamin Tucker e possui um caráter francamente liberal; a outra destas matrizes se origina a partir da revisão dos pressupostos básicos do anarquismo com a introdução da noção de comunismo – em oposição de coletivismo – como eixo do programa anarquista.

O comunismo: "de cada um de acordo com suas possibilidades, a cada um de acordo com suas necessidades" vai romper com pressuposto de fundamentar os direitos civis e políticos no trabalho e vai atacar a existência de um programa claro e definido para o anarquismo.

O comunismo foi introduzido como eixo do programa anarquista através da revisão proposta conjuntamente por Errico Malatesta e Carlos Cafiero no congresso da Internacional Anti-autoritária de 1875 e tem em Kropotkin seu principal difusor.

No entanto, ao longo do tempo as duas matrizes tenderam a convergir e hoje o Revisionismo apresenta um caráter individualista, educacionista e liberal que amalgama as duas matrizes originais. A versão mais bem acabada desta convergência é a proposta de "síntese" elaborada por Vóline e Sebastien Faure na década de 1920.

O Eclétismo – Definimos desta maneira o posicionamento político que defende a equivalência entre o anarquismo e o revisionismo. O eclétismo reconhece e legitima o revisionismo e a confusão que ele proporciona com relação ao anarquismo.

Para o eclétismo, o individualismo revisionista e o coletivismo anarquista se equivalem, o evolucionismo cientificista do revisionismo e o materialismo anti-cientificista do anarquismo também se equivalem, o educacionismo pequeno-burguês revisionista e o classismo proletário anarquista não se chocam, bem como o romantismo lírico revisionista e a concretude programática anarquista.

Para os ecléticos estas posições opostas não só se equivalem como constituem uma unidade harmônica no interior de um pretense "movimento anarquista" amplo ao infinito. O ecletismo caracteriza-se pela tentativa de conciliação teórica e prática entre revisionismo e anarquismo, o que por sua própria natureza favorece o revisionismo.

O ecletismo historicamente nasce com as hesitações políticas do militante italiano Errico Malatesta e expressou todo seu potencial destrutivo quando da polêmica em torno da Plataforma Organizacional (do Grupo Dielo Trouda).

Liquidacionismo – É o desvio que se fundamenta na ruptura com o elemento estratégico principal do anarquismo, a saber: a necessidade e/ou a centralidade da organização política anarquista (o partido anarquista) na condução do processo revolucionário.

O liquidacionismo pode assumir, assim como assumiu, diversas formas mas a principal destas formas foi o anarco-sindicalismo, que liquidou a organização especificamente anarquista e/ou seu papel de centralidade em nome de uma suposta "anarquização" do sindicalismo, conduzindo historicamente a uma espécie de reformismo extra-parlamentar e "libertário".

O revisionismo educacionista (que reivindicava o nome de anarco-comunismo), e o individualismo literário como linha pequeno-burguesas predominaram em certos países até 1900, tendo como principais expoentes Piotr Kropotkin e Eliséé Reclus. O revisionismo, ao abdicar e combater os pressupostos básicos do anarquismo (ideologia, teoria, estratégia e programa) e ao implementar sua política educacionista e científico-evolucionista, afastou-se da luta e da causa do povo.

O anarco-sindicalismo apareceu como resposta à estagnação revisionista no início do século XX, entretanto como alternativa liquidacionista. Mas no entanto, atritando em aspectos secundários, o liquidacionismo, o ecletismo e o revisionismo tenderam a confluir e se misturar, prática e teoricamente.

Na Revolução Russa (1917-1921) as contradições do revisionismo, do anarco-sindicalismo e do ecletismo foram explicitadas. A ausência dos grupos de propaganda em relação à luta revolucionária e o oportunismo dos individualistas foi denunciada somente com a tentativa de resgate parcial e "instintivo" do anarquismo operado pelo Grupo Anarquista-Comunista de Gulai-Polé/Ucrânia.

Este Grupo é que animou o grande movimento popular conhecido como "Makhnovitschina". Depois no exílio Nestor Makhno e Piotr Arshinov, figuras centrais do movimento, iriam fundar o Grupo Dielo Trouda e tentar desenvolver o aprofundamento organizativo e teórico que resultaria na formulação do documento chamado "A Plataforma Organizacional".

A organização reconhece e reivindica a Plataforma e o grupo ***Dielo Trouda*** como representante de tentativa de resgate do anarquismo, que se aproximou das formulações centrais do ***Bakuninismo***. A Plataforma é uma grande contribuição para o aprofundamento da teoria e política anarquista.

Durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), os ***Amigos de Durruti*** (agrupação de oposição na Federação Anarquista Ibérica e na Confederação Nacional do Trabalho) expressou uma resposta anarquista legítima à degeneração do conjunto do movimento anarco-sindicalista espanhol (compreendendo a FAI e CNT).

A crítica dos Amigos de Durruti era dirigida a traição operada por quadros históricos do movimento anarco-sindicalista, pela capitulação da FAI e da CNT através da adoção de uma política "ministerialista" de colaboração com a burguesia espanhola e o stalinismo. Esta traição, indicaram os Amigos de Durruti, se devia principalmente a ausência de formulações teóricas e ideológicas claras e de um programa revolucionário.

A organização reconhece e reivindica os ***Amigos de Durruti*** como experiência fiel a elementos importantes do ***bakuninismo***, que contribuiu como um raio de luz na escuridão para a elucidação de uma série de questões políticas e teóricas, denunciando as debilidades e a degeneração do chamado "movimento anarquista" espanhol, e em certo sentido, internacional.

Na América Latina, a fundação da ***FAU*** (Federação Anarquista Uruguiaia) em 1956 marca o esforço de dar fôlego ao anarquismo e a luta revolucionária no continente. A FAU aprofundou questões importantes do anarquismo, principalmente no que toca a organização específica, a estratégia de luta no movimento de massas e ao lugar da violência na política revolucionária.

A organização reconhece e reivindica a ***FAU*** como experiência que é fiel a elementos fundamentais do ***bakuninismo*** e que contribuiu em ampla medida para o aprofundamento teórico e político de questões pertinentes.

A organização, fundada assim sobre o pensamento Bakuninista, reivindica as contribuições de militantes e organizações revolucionárias anarquistas que se enquadram dentro dos parâmetros básicos deste pensamento.

Entendemos também que esta experiência histórica do século XX enriquece o pensamento Bakuninista, mas mostra também o quanto o anarquismo foi sendo expurgado do movimento real das lutas populares devido ao negligenciamento do Bakuninismo.

O II Congresso entendeu também que, para aprofundar o bakuninismo é necessário desenvolver uma luta teórica ferrenha contra o revisionismo, o ecletismo e o liquidacionismo, tanto quanto o liberalismo e o reformismo. É esta luta dentre outras que qualificará o conjunto da política revolucionária da organização.

II - Resoluções sobre a Política Popular Revolucionária

"Que teve então de fazer a Internacional? Teve primeiramente de afastar as massas operárias da política burguesa, teve de eliminar do seu programa todos os programas políticos burgueses. Mas a época de sua formação, não havia no mundo outra política que a da Igreja ou da monarquia, ou da aristocracia ou da burguesia (...) A Internacional teve, portanto, de começar por desbravar o terreno, e como do ponto de vista da emancipação do trabalho, toda política se encontrava então infestada de elementos reacionários teve de excluir do seu seio todos os sistemas políticos conhecidos, a fim de poder fundar, sobre as ruínas do mundo burguês, a verdadeira política dos trabalhadores ..."

Mikhail Bakunin

"Ninguém pode querer destruir sem ter pelo menos uma imaginação distante, verdadeira ou falsa, da ordem das coisas que deveria, segundo ele, suceder à que existe presentemente; e quanto mais viva é a imaginação nele, mais forte se torna a sua força destrutiva, e mais ele se aproxima da verdade, isto é, mais está conforme ao desenvolvimento necessário do mundo social atual, mais os efeitos da sua ação destrutiva se tornam salutares e úteis. Pois a ação destrutiva é sempre determinada,

não só na sua essência e no grau da sua intensidade, mas também nos seus modos, nas suas vias e nos meios que emprega, pelo ideal positivo que constitui a sua inspiração primeira."

Mikhail Bakunin

Hoje, no Brasil de 2004, assim como no século XIX, é preciso separar o proletariado das influências da política burguesa. Por isso o Congresso discutiu também a forma de dar meios concretos a uma verdadeira política dos trabalhadores, formulando assim uma **política popular revolucionária**.

Sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário. E sem política revolucionária, a teoria revolucionária fica condenada a esterilidade. Por isso munidos de uma teoria revolucionária devemos formular uma política revolucionária, que articulada dialeticamente com a primeira, impulsionará o processo da revolução social no Brasil.

4 – As Duas Ferramentas da Luta Revolucionária

O II Congresso abordou a questão das ferramentas necessárias a luta revolucionária do povo, aprofundando as discussões realizadas no Iº Congresso (2003). As bases de argumentação das resoluções aqui contidas estão no texto "**A Alma e o Corpo**", que aprofunda teoricamente as orientações do primeiro congresso.

O Congresso considerou que a **política popular revolucionária**, fundamentada na ideologia anarquista e no pensamento bakuninista, exige duas ferramentas: a **Organização Política Revolucionária Anarquista** e seu **Braço de Massas**.

Estas duas ferramentas mantêm uma relação dialética de constituição e desenvolvimento: o crescimento do braço de massas, na sua imersão nas lutas concretas e materiais do povo, possibilita o crescimento da organização revolucionária, já que novos militantes nascem nelas.

As duas ferramentas se apresentam sempre em conjunto num movimento contínuo. Pensadas isoladamente elas implicam em contradição.

A **União Anarquista** compreende que uma organização política revolucionária anarquista deve se apoiar nos quatro pilares plataformistas: Unidade Teórica, Unidade Tática, Responsabilidade Coletiva e Federalismo. Este quadrilátero é que orienta a estrutura de funcionamento da nossa organização.

A Unidade Teórica da **União** está assegurada pela adoção do bakuninismo como pensamento guia, ou seja, de uma concepção materialista e dialética. A unidade tática se verifica na sua atuação concreta e é obtida graças a primeira; o Federalismo é a relação social que garante a distribuição igualitária do poder decisório; a responsabilidade coletiva é o contra-ponto do livre acordo: tudo que é decidido livremente se torna de responsabilidade obrigatória de todos.

A missão da organização anarquista é preparar e dirigir/direcionar a luta revolucionária pelo socialismo, através da inserção na luta política de massas, amparado num planejamento estratégico harmônico global; sua **estratégia geral permanente** supõe: 1) a realização de uma revolução social (ou a mudança do sistema social capitalista pela força coletiva do povo); 2) o anti-colaboracionismo. A organização política é a principal ferramenta para isso, mas não é a única.

Como não existe anarquismo fora da ação, e como não existe revolução social sem a participação das massas, a organização anarquista tem necessariamente de participar das lutas das massas.

O II Congresso considerou que o conjunto das organizações populares construídas e amparadas pela organização, e que se alinham com sua orientação, serão chamadas de **Braço de Massas**. O **Braço de Massas** da **Organização Política Revolucionária Anarquista** é outra ferramenta necessária a luta revolucionária.

O Braço de Massas se apresenta como organização de massas reivindicativa, mas como forma distinta das organizações de tipo sindical ou representativo. O que diferencia o **Braço de Massas** das organizações de tipo sindical é que ela já apresenta uma maior definição ideológica. Não se contenta com os métodos reformistas (eleições burguesas, clientelismo), se dispõe a ação direta e ao boicote da política burguesa.

O objetivo do Braço de Massas é fazer a luta política com uma orientação revolucionária, mas seu programa não se confunde com o programa da organização política. O Braço de Massas é o elo da organização específica com a

vida cotidiana do povo e seus problemas materiais. Sua função é lutar para resolvê-los e aprofundar o grau de desenvolvimento ideológico e organizativo das massas, sempre começando da realidade material e concreta.

Os programas da organização específica e do braço de massas são complementares, mas distintos. O programa máximo, o socialismo, é portado pela organização. O Braço de Massas tem por finalidade organizar o povo na base de interesses comuns, para o exercício da solidariedade e da luta.

Logo, ele não pergunta se as pessoas são socialistas, se elas querem o socialismo, ou se são anarquistas. Ele pergunta: é proletário? Está disposto a se organizar com os demais trabalhadores para lutar por melhores condições de vida? É isso que permite que as pessoas que não conhecem nada do socialismo, vão aprendendo sobre ele pela prática de luta e convivência em comum.

Estas são então as Duas Ferramentas da nossa luta: organização política e organização de massas, que sendo distintas, afirmam sua unidade na dialética prática da vida.

5 – Análise Bakuninista da sociedade brasileira - Teses sobre a revolução social no Brasil

"Pela flor do proletariado, eu entendo sobretudo esta grande massa, estes milhões de não civilizados, de deserdados, de miseráveis e de analfabetos que o Sr. Engels e o Sr. Marx pretendem submeter ao regime paternal de um governo muito forte...Por flor do proletariado, eu entendo esta carne para governo, esta grande canalha popular que, estando quase virgem de toda civilização burguesa, traz no seu seio, nas suas paixões, nos seus instintos, nas suas aspirações, em todas as necessidades e misérias de sua posição coletiva, todos os germes do socialismo futuro, e que só ela é suficientemente forte para inaugurar e para fazer triunfar a Revolução Social"

Mikhail Bakunin

Para definir uma estratégia revolucionária correta para o Brasil, foi preciso analisar detidamente a sociedade brasileira. Esta análise foi construída a partir

da perspectiva bakuninista e está desenvolvida no texto "**Quem somos nós e quem são nossos inimigos?**", apresentado no Congresso.

De acordo com a concepção anarquista o Sistema Social capitalista divide a sociedade em burguesia e proletariado. A burguesia (classe dominante) está subdividida e se compõe das diferentes frações econômicas (estabelecidas pelo critério das atividades econômico-sociais) da mesma forma que o proletariado. É na diferenciação destas frações e nas múltiplas interações que desenvolvem que se realizam os vários regimes políticos e econômicos e na transformação do caráter das composições entre estas frações que pode se compreender as modificações de conjuntura e a abertura de possibilidades no contexto da luta socialista revolucionária.

Por conseguinte, as divisões específicas e concretas da sociedade dão os contornos concretos da conjuntura em que atuamos, sendo indispensável uma caracterização precisa destas relações para que possamos desenvolver uma perspectiva de atuação correta na luta de classes.

A sociedade capitalista se divide em:

Burguesia Rural – incluem-se aqui os grandes proprietários de terra, latifundiários, que controlam a produção agrícola.

Burguesia Comercial - incluem-se aqui os donos das grandes lojas do comércio atacadista e varejista, donos das cadeias de serviços (hotéis, lanchonetes, shopping's).

Burguesia Financeira - incluem-se aqui os donos de Bancos, Financiadoras e Agências de Crédito e demais Especuladores, que controlam e atuam no mercado financeiro.

Burguesia Industrial - incluem-se aqui os proprietários das unidades produtivas, como as fábricas e indústrias.

Burguesia Militar - incluem-se aqui os oficiais das forças armadas e de segurança.

Pequena-Burguesia Urbana - incluem-se aqui os proprietários de pequenos negócios, que são relativamente menos importantes quando comparados com os investimentos do grande capital. **Pequena-Burguesia Rural** - inclu-

em-se aqui os proprietários de pequenas parcelas de terra, comparadas com os latifúndios do grande capital, mas que exploram o trabalho alheio.

Proletariado Industrial - incluem-se aqui fundamentalmente os operários e empregados de todas as fábricas e unidades de produção (excluídos a tecnocracia empresarial).

Proletariado do Comércio e Serviços - incluem-se aqui diversas categorias: 1) funcionários públicos civis e militares, (excluídos aqui a tecnocracia estatal); 2) funcionários do setor de serviços, comércio e do setor financeiro (excluídos aqui a tecnocracia empresarial).

Proletariado Rural – inclui todos assalariados que trabalham em estabelecimentos agrícolas (fazendas, chácaras e etc).

Camponeses – trabalhadores que tem a posse de pequenos lotes de terra, empregando seu próprio trabalho e da sua família (não exploram outros), visando sua subsistência e não o lucro.

Proletariado Marginal – incluem-se aqui todos aqueles que tem atividades de trabalho marginais as instituições de produção-circulação capitalista (ou seja, os desempregados, camelôs, biscateiros e etc), seja no campo ou na cidade

O II Congresso, incorporando tal análise da sociedade brasileira se colocou as seguintes questões: quais os sujeitos sociais da revolução brasileira e qual o seu lugar na luta revolucionária? Quais as principais contradições da sociedade?

Tomando por base todos os dados apresentados, o II Congresso entendeu que seria preciso qualificar as contradições inerentes ao sistema social capitalista, ou seja, que fazem parte da dinâmica das relações sociais e instituições políticas e econômicas, manifestas no cotidiano do país. As contradições, ou os conflitos estruturais da sociedade brasileira podem ser assim resumidos:

1) Burguesia Industrial e Proletariado Industrial – dada pelas relações de trabalho e a luta pelos direitos dos trabalhadores contra a acumulação de capital.

2) Burguesia Comercial e Proletariado do Comércio e Serviços – dada pelas relações de trabalho e a luta pelos direitos dos trabalhadores contra a acumulação de capital.

3) Burguesia Financeira e Proletariado do Comércio e Serviços – dada pelas relações de trabalho e a luta pelos direitos dos trabalhadores contra a acumulação de capital.

4) Burguesia Rural, Pequena Burguesia Rural com o Proletariado Rural e Camponeses – dada pelas relações com a terra, as relações de trabalho e os direitos a elas associados.

5) Estado e Proletariado do Comércio e Serviços – dada pelas relações de trabalho e luta pelos direitos dos trabalhadores contra a acumulação de capital.

6) Estado e Proletariado Marginal – dada pela exclusão das relações de trabalho, tendo objetos diversos de disputa, mas envolvendo principalmente direitos sociais e civis.

7) Estado, Burguesia v.s. camadas populares – dada por fatores diversos (políticos, históricos, culturais), envolvendo principalmente direitos sociais e civis e se dá devido ao racismo e machismo existente na sociedade brasileira.

8) Proletariado brasileiro v.s Imperialismo Internacional – dada pelas condições estruturais de formação do capitalismo brasileiro, o proletariado é explorado ao mesmo tempo pela Burguesia Nacional e suas parceiras, as Burguesias dos países Imperialistas.

Estas contradições/conflitos se manifestam cotidianamente na sociedade brasileira. A violência policial contra os negros, a repressão às formas de trabalho informal (como a dos trabalhadores ambulantes), a tolerância institucional para com a violência contra as mulheres são exemplos das contradições entre Estado e Camadas Populares e Estado e Proletariado Marginal.

As greves, dissídios coletivos, ocupações de terra são indicadores das formas de conflito existentes entre Burguesia (Industrial, Comercial, Financeira e rural) e Proletariado (Industrial, Do Comércio e Serviços, Proletariado Rural e Campesinato).

Logo, as relações sociais dentro do sistema social capitalista são marcadas por conflitos contínuos e diversos. Estas contradições são assim a base material sobre a qual política revolucionária tem de agir, de forma a explicitar as contradições e criar maiores dificuldades para o Estado e a burguesia no país.

Cabe agora identificar, quais são as principais frações econômicas a serem mobilizadas num processo revolucionário no país e justificar o porque. Estas forças principais marcarão o próprio desenvolvimento da estratégia revolucionária, de maneira que a revolução social só se viabilizará desta maneira.

Devemos lembrar determinados pressupostos teóricos e ideológicos do anarquismo. O bakunismo recusa o determinismo econômico. Mas do ponto de vista revolucionário, a situação econômica é estratégica porque é o proletariado que fará a revolução social.

Mas outras contradições (raciais, de gênero) também são consideradas importantes, mas sempre em relação e nunca fora de uma **política de classe**.

Na concepção materialista do **pensamento bakunista**, que orienta nossa discussão, as condições materiais de existência e dentre elas as condições econômicas, é o que determinam a vida em sociedade. Assim, a posição econômica, o tipo étnico, o gênero e etc. marcam profundamente a vida de uma pessoa.

A revolução então, para ser efetivamente uma revolução social, deve ser universal - quer dizer, articular campo e cidade, e todos os seguimentos da população proletária: jovens, idosos, crianças, mulheres. Logo, o proletariado industrial, do Comércio e Serviços, o proletariado marginal, de um lado, e o proletariado rural e o campesinato, de outro, devem ser todos mobilizados em sua diversidade interna.

É desta mobilização, união e comunidade de interesses que se forja a Classe Trabalhadora ou Proletária, construída dialeticamente na própria luta de classes, superando o fracionismo e a falta de identidade comum de classe.

Nenhuma fração econômica é mais revolucionária ou conservadora que a outra, e nem mesmo são uma outra coisa em sua totalidade. Conseqüentemente, nenhuma deve sair da revolução com mais poder ou com privilégios, por maior que tenha sido a sua importância na luta revolucionária.

Do ponto de vista econômico, quanto maior a pobreza, menor o grau de vinculação de interesses entre uma determinada fração e o sistema econômico. O que significa que ela dispõe de um potencial, um instinto como dizia Bakunin, que faz com que ela possa desempenhar um determinado papel político em relação ao sistema econômico.

Mas por outro lado, as condições econômicas e políticas do país, geradas pelo sistema social capitalista, possui especificidades que marcam profundamente a sua existência, e que diferenciam a sua população, e condicionam a própria ação revolucionária.

Quais serão então as forças principais da revolução brasileira?

O II Congresso, levando em consideração os elementos de nossa teoria, entendeu que no Brasil, existem duas frações proletárias que serão as forças principais: 1) **o proletariado marginal**; 2) **o campesinato**. Eles constituem uma massa de pelo menos 47 milhões de pessoas (mais que o dobro das demais frações proletárias da sociedade brasileira).

São também a parcela da população em que os níveis de pobreza são maiores e as condições de vida são mais precárias. Não que as demais frações do proletariado gozem de condições muito superiores, mas nestas frações, elas têm graus realmente absurdos.

É preciso também definir o que chamamos de **força principal**. Por força principal, entendemos as principais frações a serem mobilizadas devido: 1) ao antagonismo potencial de seus interesses, expresso pelas condições materiais de existência (pobreza, violência, injustiça) sob que vivem; 2) a quantidade demográfica destas frações, que faz com elas tenham um peso específico pelo fato de serem muito volumosas, logo, poderem mobilizar grandes efetivos e ter um grande potencial político.

Segundo nosso entendimento, as **forças principais** da revolução social no Brasil serão compostas pelo **proletariado marginal** e o **campesinato**. O proletariado marginal, ao contrário dos segmentos sociais mais instruídos, engajados na economia formal e auferindo rendimentos elevados, é aquela fração que proporcionalmente menos se engaja em atividades políticas e associativas. Justamente por isso que devemos empenhar nossos esforços no sentido de sua organização e mobilização.

Entretanto, as demais frações do proletariado irão desempenhar papel estratégico em cada momento da luta revolucionária. O caráter estratégico de cada fração econômica acompanha na verdade a posição real e local do grupo de trabalhadores concretos que ela reúne em seu interior, dos ramos econômicos e sua importância no conjunto da economia e sociedade.

6 – Uma Estratégia Revolucionária para o Brasil

O II Congresso, tomando como pressuposto as teses sobre a revolução social no Brasil, elaborou a estratégia da organização. O II Congresso entendeu que na atual conjuntura:

1. o povo se encontra desarmado para a luta política revolucionária e;
2. dividido pela política burguesa e isolado em seus problemas setoriais e;
3. submetido ao jugo burguês e reformista, sem o contato com uma organização anarquista de larga escala e seus métodos de luta e;
4. que o anarquismo ainda não é uma força ideológica e política importante no Brasil;

Sendo assim, ao abordar a questão da estratégia revolucionária, tinha-se em mente esta leitura da situação concreta do país e do anarquismo dentro dele.

Mas mesmo diante desta situação e da miséria e violência em que as massas se encontram submetidas no Brasil, as lutas populares não cessam. Estas são as lutas reivindicativas (por melhores condições de vida, como as greves e ocupações de terra) e lutas reativas (como as dos moradores de favelas, que reagem contra a violência policial).

Podemos citar várias lutas do tipo ocorridas em diversas partes do país no ano de 2003. Em Salvador e João Pessoa, a luta dos estudantes pobres; no Rio de Janeiro, a luta dos camelôs e dos moradores de favelas contra a violência da guarda municipal e da polícia militar; no campo, a luta dos sem-terra e indígenas, ocupando o latifúndio.

Mas as lutas isoladas, por mais importantes que sejam, tendem a recuar. As conquistas obtidas podem ser perdidas. E a miséria somente não é suficiente para impulsionar a luta pelo socialismo. Para romper este isolamento e limitação das lutas reivindicativas, é preciso uma estratégia para a luta política.

No centro desta estratégia está a necessidade de uma luta ideológica ferrenha contra o reformismo e sua política de colaboração de classes, contra o liberalismo e contra os valores e práticas capitalistas (o autoritarismo, o individualismo e etc). Sem a luta ideológica (agitação e propaganda), é impossível desenvolver uma luta política revolucionária a partir do movimento de massas (a conversão da agitação e da propaganda em organização concreta e vice-versa).

A luta ideológica assim conjugada com a luta política de massas (reativa e reivindicativa), precisa ser orientada por uma estratégia. Esta estratégia revolucionária e socialista nega as formas de luta do reformismo: a tomada do Estado burguês (do "poder político"), através das eleições e a consequente subordinação das lutas populares a esta estratégia e objetivo. No Brasil já vimos aonde leva esta estratégia.

A estratégia revolucionária é a negação desta via, que é além de tudo uma fraude, pois identifica o governo representativo com o próprio poder político burguês. No entanto, este poder reside na situação de classe da burguesia e não se subordina ao sistema eleitoral.

A luta política de massas deve não somar para "a tomada do poder político burguês", mas sim boicota-lo. A luta popular deve ser autônoma, e não subordinada a dinâmica do sistema político burguês.

O II Congresso, tendo por a base a situação atual do país, do proletariado brasileiro e do anarquismo, formulou então um planejamento estratégico baseado em metas concretas a serem alcançadas pela organização, dividido em três etapas:

1º Etapa: "Ir ao Povo"

Objetivos: Consolidar a Organização Política Revolucionária Anarquista e o seu Braço de Massas; expandir ambos na Cidade e no Campo.

Construir organizações populares autônomas em meio ao proletariado do campo e da cidade, principalmente a população mais pobre, que se encontra na sua grande maioria sem organização política; desenvolver a luta ideológica dentro do movimento de massas, difundindo o programa socialista revolucionário e combatendo o reformismo, criando uma **política popular**, estimulando a separação do proletariado da política burguesa; fazer do anarquismo uma alternativa organizativa real para as massas.

2º Etapa: "Construir a unidade proletária"

Objetivos: Aumentar a capacidade combativa em todos os níveis de luta (político, teórico e etc.). Expandir a Organização e o Braço de Massas para as cinco regiões do país.

Fazer o conjunto mais amplo das organizações populares se desprenderem da tutela estatal e burguesa, situação em que se encontram, por exemplo, os sindicatos; preparar as massas para as exigências da luta revolucionária; coordenar as diversas lutas locais, trabalhando no sentido de formar uma ampla **Frente dos Oprimidos** (Unir a ação das diversas frações proletárias da sociedade); promover a unidade das forças revolucionárias na base do nosso programa.

3º Etapa: "Ruptura"

Objetivos: Enraizar a organização e seu braço de massas em todas as áreas estratégicas da sociedade (geográficas, econômicas e etc.); lançar a ofensiva para a ruptura revolucionária.

Consolidar as condições objetivas e subjetivas para o desenlace revolucionário; desencadear a ofensiva de **ruptura** revolucionária da ordem, entendendo por isso as ações de múltiplos níveis que visam a destruição do Estado burguês e a implantação do Poder Popular.

As três etapas somadas constituem o que o II Congresso definiu como **Longo Prazo**, as duas primeiras somadas o **Médio Prazo** e a primeira somente a de **Curto Prazo**.

Para viabilizar a Revolução Social, do ponto de vista da nossa organização, é preciso antes de qualquer coisa dar ao anarquismo uma expressão de

massas; é preciso inseri-lo nas lutas populares, como pré-requisito para qualquer iniciativa.

A primeira etapa da nossa estratégia revolucionária, com ênfase na luta ideológica e na organização política das massas populares é fundamental para o desenvolvimento da luta política revolucionária e socialista no Brasil.

Nesta primeira etapa é necessária a "dispersão" das ações da política revolucionária anarquista, "ir ao povo" em todos os pontos onde este se encontra. Priorizar a formação de organizações populares de novo tipo (autônomas) no plano local e o "trabalho de formiga" junto à base.

A segunda etapa compreende o trabalho no sentido de concentração das forças do proletariado brasileiro; a formação de uma ampla frente dos oprimidos, com novas instâncias de coordenação de massas; o aprofundamento das ações conjuntas e a radicalização, fazendo as lutas reivindicativas e reativas terem cada vez mais motivação ideológica.

A terceira etapa da nossa estratégia se configura na forma mais avançada de luta das massas. A preparação e execução da ruptura revolucionária, exige a maturidade das massas, uma sólida política classista e a formação de outros instrumentos organizativos.

A estratégia é condição de todas as expectativas revolucionárias. O que não se pode é ter ilusões. Sem uma estratégia revolucionária, não haverá revolução. Adotando uma estratégia reformista, somente o reformismo será produzido. E na hora das lutas decisivas, as massas se encontrarão sem a preparação adequada, embriagadas pelas ilusões reformistas, como no golpe militar de 1964. Sem condições mínimas de agir.

A caminhada das massas populares em direção ao socialismo depende de uma adequada estratégia, que tem de ser necessariamente revolucionária. A Luta Ideológica e a Luta Política de Massas, orientadas pelo boicote ao sistema político burguês (as eleições), constitui a única via para o Socialismo, que mais que um sonho é uma necessidade, pois os problemas materiais do povo não serão solucionados dentro capitalismo.

A nossa organização anarquista irá permanecer na oposição política, independentemente do regime político ou econômico e do partido governante,

enquanto o sistema social capitalista não for destruído e substituído por um sistema socialista.

Até a vitória, a organização só atua junto ao povo, e sempre só participa do poder do povo: na sua vitória ou na sua derrota. Sabemos que o caminho é longo. Mas já iniciamos nossa marcha.

7 - Um Programa para a Revolução Social brasileira

O Problema do Poder...

O Problema do Poder atravessa todas as dimensões da vida. Mas ele se desdobra fundamentalmente em dois: 1) o Problema Político; 2) o Problema Econômico. A solução do problema político se vincula organicamente a resolução do problema econômico. Mas falaremos do primeiro problema.

A solução do problema político abre caminho para a solução do problema do poder. Mas este só será totalmente resolvido com a resolução do problema econômico e de todos os problemas fundamentais da vida de um país. E somente o programa revolucionário pode resolver o problema do poder.

O II Congresso discutiu a questão do Programa Anarquista para a Revolução Social no Brasil. O II Congresso entendeu que a questão do Programa se divide em duas partes: 1) a caracterização clara do Programa Permanente; 2) medidas claras para a solução dos problemas específicos da sociedade brasileira.

Segundo o pensamento bakunista o Programa Permanente tem 2 pontos fundamentais: 1) Destruição do Estado e tomada do Poder pelo Povo; 2) Destruição do Capitalismo; Coletivização dos meios de Produção e de toda Propriedade Privada.

O primeiro implica que o Povo vai tomar para si (com a destruição do Estado) o poder legislativo, executivo e judiciário; o segundo, que a propriedade privada se torna propriedade coletiva, e as decisões sobre a produção deixam de ser tomadas por empresas ou burocracias para ser tomada pelo Proletariado.

Mas o que sucederia a destruição do Estado? Que organizações substituiriam as organizações de Estado?

Segundo a concepção anarquista de organização federalista (de Proudhon e Bakunin), um ponto fundamental para a formação do **organismo político revolucionário** de gestão da sociedade é que o próprio proletariado deve ser sujeito do processo político, isto significa que eles devem estar representados (no sentido de estar desempenhando um papel ativo e não no sentido de ser "substituído" por alguém que fala e faz algo em nome deles) dentro deste organismo.

Por isso devem ter representação dentro do organismo político, todos os trabalhadores, do campo e da cidade, e todas camadas populares (mulheres, minorias étnicas, raciais e nacionais), mas respeitando um critério de classe.

Este processo de organização deve se dar de "baixo para cima", porque parte da iniciativa das próprias pessoas, dos locais concretos em que estão, a organização e coordenação das lutas.

Esta forma de organização política revolucionária teve dois grandes momentos de manifestação: a Comuna de Paris (organismo de poder popular saído do levante de março de 1871 na França) e a Revolução Russa (1917). A maior contribuição destas experiências é o legado dos "Soviets/Conselhos", que são adequados à formulação bakuninista anterior de programa permanente revolucionário.

É preciso lembrar que os *soviets* são parte de uma determinada experiência histórica. Os *soviets* tinham uma organização similar à da Comuna de Paris. E "*Comuna*" era o termo pelo qual Bakunin designava a unidade territorial básica de um sistema socialista-federalista. Eles apareceram no momento avançado da luta revolucionária do povo.

Os Soviets (Conselhos), enquanto forma de manifestação do poder popular, foram o melhor exemplo de consolidação do *Poder Popular* num Sistema Político e Econômico. É então a partir da formulação Bakuninista e da experiência dos Conselhos que formulamos nosso sistema político.

E é **Sistema Socialista (ou Socialismo de Conselhos)** - como chamaremos daqui por diante o **Sistema Social (Político e Econômico)** de uma **sociedade sem Classes e sem Estado**, ou seja, o nosso Programa Permanente.

O que destruir...

Para entender melhor o nosso programa, devemos realizar uma análise concreta da sociedade burguesa como um todo, e especialmente da estrutura institucional do Estado em questão. É preciso saber minimamente como o Estado e o Capitalismo se organizam, para sabermos exatamente o que significa destruir o Estado.

O Estado Brasileiro se divide em três Poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário). Ele também se organiza territorialmente, em União, Estados e Municípios. O Executivo Federal corresponde à instituição da Presidência da República, o Estadual aos Governadores, e os dos Municípios aos Prefeitos.

O poder legislativo é composto por um Senado e uma Câmara Federal (que juntos formam o Congresso Nacional), Assembleias Legislativas Estaduais e Câmaras de Vereadores Municipais. O Judiciário têm os tribunais divididos em Comarcas, que são jurisdições próprias, e diversos Tribunais Especiais (Justiça, Eleitoral, de Contas).

O Estado tem sob seu controle no nível Federal a Política Monetária e Fiscal, Agrícola e Industrial, compartilhando estas e as funções tributárias com Estados e Municípios.

É importante notar que o Estado é um dos mais importantes agentes econômicos; o Estado é um patrão/empregador, pois a administração pública é um vetor de empregos para o setor terciário, e também proprietário, de empresas, das estradas, recursos materiais e minerais existentes no solo e subsolo, além de ser o normatizador da política financeira (taxa de câmbio e juros) e tributária.

Além das funções e organizações econômicas que integram a estrutura do estado Nacional, temos também os corpos policiais (federal, civil e militar) e as forças armadas (marinha, exército e aeronáutica).

De maneira sucinta, podemos dizer que é esta a estrutura fundamental que tem de ser destruída. Uma estrutura que tem atribuições políticas, militares e econômicas, que se organiza hierárquica e territorialmente. Este é o Estado, enquanto conjunto de instituições e relações concretas. É fundamentalmente isto que deverá ser destruído.

O Mercado é constituído pelas empresas e proprietários individuais. Existem milhares de empresas, que são proprietárias de imóveis, bens, terras. Para destruir o capitalismo é preciso aniquilar as relações de exploração do trabalho e acumulação de capital que se dão necessariamente nas instituições econômicas capitalistas – ou seja, as lojas, fábricas, fazendas, etc..

Nestas instituições é que se constituem as posições sociais da população. A condição de burguês e proletário se cria e recria fundamentalmente, mas não exclusivamente, devido a esta organização econômica. Na cidade a propriedade privada assume diversas formas (lojas, bancos, fabricas e etc); no campo, ela se apresenta especialmente sob a forma da propriedade privada da terra (as fazendas).

É a propriedade privada, e conseqüentemente as relações econômicas capitalistas, que devem ser destruídas no momento da ofensiva revolucionária. Abolindo a propriedade privada, as relações econômicas capitalistas, estarão criadas as condições necessárias para a construção e consolidação do **sistema socialista**.

O que construir ...

O nosso Programa supõe a destruição do Estado e a ascensão das massas populares ao poder. Isto se daria pela substituição das antigas formas estatais por um **organismo político revolucionário nacional**, um *Congresso do Povo*. Este organismo se constituirá de baixo para cima, sendo o Congresso do Povo o topo de um universo grande de organizações populares, da qual a base são os **Conselhos Revolucionários**.

As múltiplas organizações criadas pelo povo no processo de luta, no momento da ruptura revolucionária, deverão ser articuladas através de um processo federalista, para a formação dos **Conselhos Revolucionários**. A fusão das comissões de fábrica, com os comitês de bairro e de escolas/universidades (e/ou

de camponeses) numa determinada zona de município (um ou mais bairros) formarão os **Conselhos Revolucionários**.

Isto quer dizer que a organização política irá acompanhar a distribuição local do proletariado por setor e ramo da economia: nos setores primário (agrário), secundário (industrial) e terciário (comércio e serviços); na indústria automobilística, petroleira, química, metalúrgica, de alimentos, de roupas e calçados, de eletroeletrônicos, de construção civil, no funcionalismo público; no campo, o proletariado rural das usinas e fazendas; nas cidades, as massas excluídas do mercado de trabalho formal, residentes nas periferias e favelas metropolitanas, por bairro; nas unidades de ensino, em escolas e universidades.

O **Conselho Revolucionário** é uma unidade territorial, um poder local que articula diretamente as organizações populares/proletárias ali existentes. O Conselho tem de ser a expressão direta da diversidade existente nas camadas populares e frações proletárias.

Os diversos **Conselhos Revolucionários** (de bairro ou distrito) organizados é que suplantam o poder das prefeituras, formando **Conselhos Municipais**. A articulação de vários municípios governados por Conselhos Revolucionários dentro de um estado é o que suplantariam o Governo Estadual e a Assembléia Legislativa, formando os **Conselhos Regionais**. Os Conselhos Regionais articulados entre si é que constituiriam o **Congresso do Povo**.

Mas a consolidação de um sistema político supõe uma revolução vitoriosa, o que somente acontece quando se consegue suprimir os poderes centrais (legislativo, executivo e judiciário e as forças repressivas) e consolidar por completo o **organismo político revolucionário nacional**.

Historicamente os Conselhos surgiram como organismos de mobilização, estabelecendo progressivamente uma dualidade de poder em relação ao Estado até o suplantarem por completo.

Se num primeiro momento pode parecer que os conselhos que aqui reivindicamos confunde-se com a perspectiva do leninismo, é importante deixar claro porém que em Lênin os Conselhos (soviets) substituem o parlamento na sua relação com o poder executivo do Estado. Em nossa concepção anarquista os Conselhos Revolucionários são a mais fiel, firme e intransigente negação do poder de Estado, constituindo-se como expressão verdadeira do poder popular.

O Programa da Revolução Social Brasileira e seus 40 pontos

O Programa acima descrito é o **programa permanente** do anarquismo. No entanto existem questões específicas de cada Nação. O IIº Congresso estipulou um programa que responde prontamente aos problemas fundamentais das massas e da construção do socialismo no Brasil.

Este Programa foi formulado a partir de uma cuidadosa análise da sociedade brasileira. O programa se apresenta como um conjunto de medidas que combinadas (e somente combinadas) produzem um efeito de mudança positiva na sociedade.

Para estabelecer tais medidas o II Congresso discutiu e identificou um conjunto de Questões centrais que afetam a sociedade brasileira: 1) **Questão Político-Econômica**; 2) **Questão da Dependência Externa**; 3) **Questão Agrária**; 4) **Questão Urbana**; 5) **Questão da Desigualdade Regional**; 6) **Questão da Violência**; 7) **Questão Étnico-Racial**; 8) **Questão de Gênero**; 9) **Questão Ecológica**.

A **Questão Político-Econômica** e sua resolução é pré-condição para as outras, que são em grande medida geradas ou reforçadas devido ao problema político-econômico. As manifestações mais cruéis deste problema são: 1) a miséria, a fome e a opressão; 2) a desigualdade de renda; 3) o desemprego. Estes problemas específicos são resultados necessários do capitalismo; por isso, para acabar com eles, é preciso atacar a organização político-econômica capitalista.

A **Questão da Dependência Externa** se vincula diretamente a organização capitalista. Os problemas econômicos são agravados por ele. Suas manifestações são: 1) a transferência de renda (capital) do Brasil para os países imperialistas e organismos internacionais; 2) ingerência política e militar nos assuntos do país; 3) imposição de limites as atividades econômicas e científicas.

A eliminação do sistema capitalista implica uma desarticulação quase total dos mecanismos da Dependência Externa. Mas falta ainda eliminar determinados dispositivos que agem no sentido de favorecer o imperialismo. Eliminando os fatores restantes da Dependência, estamos consolidando a liquidação do capitalismo.

A **Questão Agrária** e A **Questão Urbana** também se relacionam diretamente e em grande parte com a questão político-econômica, mas não se redu-

zem a ela. Elas dizem respeito às condições gerais de vida (mortalidade, moradia, acesso a serviços básicos como saúde e educação, e etc.), e é preciso enfrentá-las a fim de corrigir, dentre outras questões, a organização espacial e geográfica oriunda da exploração capitalista e, neste sentido, da formação histórica do país.

A Questão da Desigualdade Regional é uma consequência também da história do capitalismo no Brasil. A concentração do trabalho, da educação e de todos os recursos em duas regiões do país (Sul/ Sudeste) segue a lógica de concentração de capital nas mãos da burguesia. Ele se manifesta: 1) na concentração regional da renda; 2) na concentração populacional; 3) nos grandes índices de miséria fora da região concentradora.

Para desconcentrar o poder político, e não permitir a geração de "elites proletárias", é preciso então desconcentrar todas as atividades e recursos econômicos, permitindo assim a maior igualdade econômica, política e social.

A Questão da Violência no Brasil, apesar de articulada com a organização política-econômica, é engendrada por uma lógica política estrutural específica do Brasil e por uma estratégia repressiva bem contemporânea.

Suas manifestações são: 1) a violência da repressão social, movida pelo aparelho repressivo de Estado, que mata milhares de pessoas por ano, impunemente; 2) a violência da repressão política, que se combina com a primeira, com o extermínio das manifestações políticas populares; 3) a violência difusa do povo contra o povo.

Resolver o problema da violência é resolver uma das piores mazelas de nossa sociedade; é salvar a vida de milhares de pessoas, vítimas de uma sociedade corrupta e autoritária.

A Questão Étnico-Racial é histórica na sociedade brasileira. Ele antecede a formação do capitalismo, mas marcou a própria formação do capitalismo no país. O início da industrialização excluiu os negros, incentivou o "branqueamento" através do estímulo à migração (de europeus).

Hoje a influência do racismo na sociedade brasileira se manifesta: 1) na supremacia branca, já que a burguesia brasileira, a classe dominante, é majoritariamente branca; 2) na miséria da maioria da população negra e indígena; 3) nos

maiores índices de assassinatos de negros pelas forças repressivas; 4) na difusão de preconceitos racistas.

A destruição do capitalismo através da revolução social anarquista implica a destruição da supremacia branca, já que a burguesia é liquidada; as soluções para os problemas anteriores (violência, desigualdade econômica) eliminam necessariamente os três primeiros problemas. Mas para garantir efetivamente a supressão do racismo é preciso medidas específicas.

É como diz Proudhon: *"O princípio federativo aparece aqui intimamente relacionado com o da igualdade social das raças e do equilíbrio das fortunas. O problema político, o econômico e o das raças constituem um mesmo e único problema, que se trata de resolver pela mesma teoria e pela mesma jurisprudência."*(Proudhon, *Do Princípio Federativo*, p.127).

A Questão de Gênero também imbricada com a organização capitalista, já que o capitalismo reproduz uma estrutura patriarcal. No Brasil isto se manifesta nos seguintes problemas; 1) o empresariado é majoritariamente masculino, enquanto grande parte do proletariado é composto de mulheres; 2) as mulheres recebem menores salários; 3) violência doméstica contra a mulher; 4) os preconceitos contra a mulher.

O problema da igualdade política e econômica resolvidos pela revolução social, precisam ser consolidados por medidas que impeçam a geração de novas desigualdades e a reprodução de preconceitos e práticas inaceitáveis. Neste sentido, o solucionamento do problema da desigualdade de gênero é um complemento necessário a consolidação da revolução social.

O último tema, **A Questão Ecológica** poderia ser também o primeiro. Ele se relaciona diretamente a reprodução da própria sociedade. O sistema socialista tem ser ecologicamente viável. A Questão Ecológica se manifesta: 1) na depredação ambiental, na matança de animais e destruição da flora; 2) no esgotamento de recursos necessários a sobrevivência da sociedade; 3) na deterioração das condições gerais de vida.

A eliminação do capitalismo muda a lógica da atividade econômica, diminuindo a depredação ambiental. Mas se torna necessário ter medidas que façam com que estes três problemas sejam efetivamente resolvidos. Disso depende a própria viabilidade da sociedade socialista.

O II Congresso, tratando com estes problemas da sociedade brasileira, que estão dados na atual conjuntura e que tendem a se aprofundar nos próximos anos, definiu um conjunto de medidas programáticas a serem defendidas pela **União Anarquista**, como política a ser empreendida após a ruptura revolucionária:

Medidas do Programa

A Questão Político-Econômica:

1. supressão do poderes legislativo, executivo e judiciário do Estado burguês;
2. instauração do Congresso do Povo como organismo político máximo da Nação;
3. instituir o trabalho como base de todos os direitos, civis, políticos e sociais
4. instituir o mandato imperativo e a revogabilidade para todos os cargos do sistema político e econômico;
5. Instituir a total liberdade de imprensa e propaganda, associação e reunião;
6. Expropriação de toda propriedade privada e estatal seguida de sua Coletivização
7. Igualdade de todos os salários por hora trabalhada
8. Redução da jornada de trabalho para que todos trabalhem

A Questão da Dependência Externa

9. Liquidação dos acordos comerciais, financeiros e políticos (dívida externa, mercosul, ALCA etc...)
10. Liquidação dos organismos militares e diplomáticos estrangeiros em território nacional

11. Nacionalização e coletivização das empresas estrangeiras, o que significa passa-las para o controle da classe trabalhadora brasileira.

A Questão Agrária:

12. Distribuição de terra para os que nela trabalham e para o povo.
13. Incentivo a exploração coletiva da terra com respeito à posse individual e familiar
14. Incentivo à migração urbano-rural;
15. Capacitação profissional e técnica para as atividades agropecuárias;

A Questão Urbana

16. Desconcentração populacional das metrópoles com ênfase na ruralização e na migração inter e intra-regional;
17. Desconcentração territorial das instituições de interesse público bem como sua universalização
18. Estabelecer a posse dos inquilinos com o fim dos aluguéis;
19. Promoção de um massivo programa de construção de casas populares, visando garantir o acesso à moradia digna para todos.
20. Transformar determinadas propriedades burguesas nas cidades (como hotéis de luxo, mansões, Shoppings, condomínios) em espaços de interesse público e uso coletivo.

A Questão da Desigualdade Regional

21. Desconcentração regional das atividades econômicas industriais e agrícolas (Redistribuir as atividades do sul-sudeste pelas regiões norte, nordeste e centro oeste)
22. Promover a distribuição regional das instituições do interesse público como: saúde, educação, "previdência" etc...

23. Desconcentração das atividades estratégicas como: geração de energia, telecomunicação etc;
24. Planificar a economia de acordo as potencialidades regionais

A Questão da Violência

25. Liquidação das forças armadas e de segurança do estado
26. Distribuição de armas para o povo e a promoção do treinamento militar
27. Organização de milícias populares
28. Consolidação das forças armadas revolucionárias;
29. Promoção do revezamento entre as atividades de trabalho e militares (treinamento militar, serviço nas milícias ou forças armadas revolucionárias).
30. Liquidação das atividades e organizações criminosas e para militares

A Questão Étnico-Racial

31. Combate a todo tipo de manifestação do racismo e desigualdade racial no campo político e cultural
32. Valorização da população afro descendente e indígena bem como do seu patrimônio histórico cultural
33. Garantir o respeito aos direitos dos povos indígenas e das comunidades remanescentes de quilombo e a demarcação imediata de suas terras

A Questão de Gênero

34. Combate a todo tipo de manifestação do machismo e sexismo e a desigualdade de gênero no campo político e cultural;
35. Reprimir com toda força necessária a violência contra a mulher

36. Eliminar a exploração sexual e combater à prostituição

A Questão Ecológica

37. Promoção da planificação da economia com base no equilíbrio ecológico (utilização e renovação dos recursos naturais)
38. Promoção da educação ambiental para todos
39. Promoção da substituição do uso de recursos não renováveis por recursos renováveis, com base na pesquisa científica e tecnológica;
40. Promoção do desenvolvimento tecnológico de forma ecologicamente responsável

8 – Encerramento do II Congresso

O Congresso se encerrou entendendo que o final dos debates e suas resoluções são apenas o início de uma longa batalha revolucionária. O Congresso cumpriu seus objetivos. Ele lançou bases sólidas para a formação de uma organização política revolucionária anarquista e de uma política popular revolucionária.

Cabe agora o trabalho paciente, contínuo e perseverante. A defesa intransigente da nossa ideologia e política revolucionária. É a intransigência revolucionária o principal mecanismo de força da **União Popular Anarquista**; a intransigência na defesa dos interesses do povo, dos princípios ideológicos e organizativos que visam a libertação do proletariado.

Não transigir significa não se vender ao capitalismo e ao reformismo; é permanecer fiel aos postos de combate do bakuninismo. A revolução social depende da firmeza ideológica das vanguardas populares, e o conjunto do povo depende da revolução social. Honremos nossos compromissos enquanto amigo do povo e defensores da causa do povo. Tenhamos só um dever: fazer a revolução.

Combativos e Pacientes, Avante a Luta, Sempre!

Viva a Revolução Social!!! Anarquismo é Luta!!!

Programa Reivindicativo e Programa Revolucionário

Este documento é um complemento as Resoluções do II Congresso da União Popular Anarquista e ao Programa Revolucionário formulado por ele. É um documento político que determina as orientações da União para a luta popular no curto e médio prazo, assim como apresenta o nosso programa de longo prazo de reivindicações.

Este documento então: a) discute a distinção entre Programa Revolucionário e o Programa Reivindicativo; b) define um conjunto de orientações e medidas práticas a serem adotadas pelas organizações de massa nas suas lutas e apresenta o programa revolucionário da união anarquista.

Discutir a diferença e a relação entre o Programa Reivindicativo e o Programa Revolucionário também faz parte da reflexão teórica sobre a organização anarquista e a organização de massas. Como afirmado no documento político “A Revolução Social no Brasil – Resoluções do II Congresso da UNIPA”, a Organização Anarquista porta um Programa Revolucionário enquanto as Organizações de Massas portam um Programa Reivindicativo.

Tais programas não só não são contraditórios como são necessariamente complementares. Eles acompanham a dialética da organização política com a organização de massas. Assim, a formulação de tal questão é fundamental para compreendermos com clareza o papel do anarquismo na revolução.

Para isso é preciso compreender a relação entre programa e conjuntura histórica, como a cada conjuntura corresponde um programa específico. E esta conjuntura depende fundamentalmente da correlação de forças entre as classes sociais. Ou seja, o programa está vinculado diretamente a dinâmica da luta de classes e ao problema do poder.

1 - Situação Revolucionária e Programa Revolucionário

O Programa Revolucionário se relaciona diretamente a situação revolucionária. Sem uma Situação Revolucionária, ou seja, uma guerra de classes, é impossível colocar o programa revolucionário em prática.

O Programa Revolucionário muda toda a organização da sociedade. Tal mudança se processa por meio do emprego da força revolucionária do proleta-

riado. Mas tal força é não o ponto de partida da luta política, mas sim o ponto de chegada.

O proletariado se encontra com diferentes graus de organização, experiência e consciência revolucionária nos diferentes países, e mesmo dentro de diferentes regiões num mesmo país. Somente quando esta organização e consciência alcançam graus elevados (combinado com outros fatores objetivos) é que explode uma situação revolucionária. Esta situação é fruto do conflito político e econômico entre as organizações concretas do proletariado (comitês de fábrica, sindicatos, movimentos de desempregados, de associações comunitárias) e o Estado e organizações burguesas.

Foi isso que aconteceu na Rússia de 1917; foi isso que aconteceu durante a Guerra Civil Espanhola em 1936. São dois exemplos de situações revolucionárias. No caso da Rússia, a I Guerra Mundial provocou a deterioração econômica e social do país. O proletariado se mobilizou, se armou e derrubou o regime czarista (a monarquia). Na Espanha, o levante Franquista (do General Franco, comandante do Exército espanhol e simpatizante do nazismo-fascismo) provocou a Guerra Civil. O Povo tomou os quartéis para lutar contra o golpe de estado. Mas estas situações revolucionárias só se colocaram em razão de um processo histórico específico.

Na Rússia existia uma história de luta de massas e luta armada contra o Czar. Vários Partidos políticos (Partido Operário Social-Democrata da Rússia/POSDR, Partido Operário Social-Democrata da Rússia/POSDR-Bolchevique, o Partido Socialista Revolucionário) e movimentos sociais (a União dos Camponeses, o Congresso dos Soviets, o Sindicato dos Ferroviários, os Comitês de Fábrica e do Exército) existiam, seja desde o início de 1900, seja sendo formados no período da revolução de 1905 ou nos anos de 1916-1917, durante a crise da guerra.

Na Espanha, existia a CNT (Confederação Nacional do Trabalho, fundada em 1910), organização de sindicatos com cerca de 1 milhão de filiados. Além dela, existia a União Geral dos Trabalhadores. Existiam também as organizações políticas, a FAI (Federação Anarquista Ibérica), o PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol), o PSUC (Partido Socialista Unificado da Catalunha).

Também havia um fermento de lutas políticas intensas. Durante a década de 20 houve uma ditadura e luta armada. Em 1931 foi derrubada a monarquia-

a. Em 1934 houve vários levantes insurrecionais localizados organizados pela FAI/CNT. Nos primeiros meses de 1936 foram realizadas dezenas de greves gerais, com ocupação de fábrica.

A Situação Revolucionária é caracterizada por esta grande mobilização proletária e pelo povo em armas. Em 1917, POSDR-Bolchevique, conseguiu dentro da situação revolucionária colocar seu programa para o movimento de massas, e graças à força deste movimento derrubou o governo provisório em Outubro de 1917. Na Espanha, o movimento anarco-sindicalista, carente de um programa e degenerado internamente foi levado à colaboração com a burguesia. Mesmo dentro de condições favoráveis não foi feita uma revolução.

O que importa dizer é que somente dentro da situação revolucionária é que o programa revolucionário é realizável. Por isso, como coloca Bakunin, não se deve começar a falar ao proletariado dos problemas gerais do capitalismo, mas sim dos problemas específicos do trabalhador no seu local de trabalho e moradia.

Sabendo que a Situação Revolucionária é fruto de um processo histórico, não podemos cometer o erro de colocar “o carro na frente dos bois”. Não podemos ignorar o grau de experiência e consciência do proletariado de um país dentro de uma conjuntura histórica. Não podemos cometer o contra-senso de propor algo que não podemos realizar no curto prazo.

Por isso, o programa da organização política revolucionária, o programa revolucionário, não é a base da formação do movimento de massas. Este programa é uma aspiração que deve ser sempre colocada em pauta pela minoria ativa e seus militantes. As organizações de massa têm de ter um programa específico, um Programa Reivindicativo. Programa adequado ao grau de organização, de experiência e consciência do proletariado.

Fique claro, entretanto, que o programa revolucionário não pode ser a base de mobilização e critério de recrutamento do movimento de massas; mas é desde o início a base de recrutamento e mobilização da organização política revolucionária.

O Programa Revolucionário visa dar soluções permanentes aos maiores e mais gerais problemas do povo. Este programa só será realizado por meio do

uso da força revolucionária. Esta só é possível através de um processo histórico de luta e organização.

Este processo gera uma situação de dualidade de poder: as organizações de classe do proletariado contra as organizações de classe da burguesia. A Insurreição Popular provoca a ruptura da ordem. Sua vitória garante a aplicação do programa. A dualidade de poder é resolvida pela luta de classes. Consolida-se o Poder Popular, morre o Poder Burguês e Estatal.

Mas além dos problemas gerais e duradouros do proletariado, é preciso reconhecer que existem problemas imediatos que exigem solução. Longe de ser uma complicação, estes problemas são a chave da vitória da política revolucionária. Já que os problemas gerais do capitalismo só existem na diversidade concreta das situações reais. É na disputa pelo salário, pelo emprego e etc, que se coloca em questão, de forma concreta, a exploração e a dominação capitalista.

2 - O Programa Reivindicativo e a formação da Situação Revolucionária

Como afirmamos, nem todas as demandas populares podem e devem esperar uma situação revolucionária vitoriosa. O povo precisa de resultados imediatos, tanto por uma questão de necessidade material quanto política.

A fome de todo o povo se manifesta na fome de um desempregado concreto. É claro, que isto do nosso ponto de vista teórico-revolucionário. Do ponto de vista de quem passa fome, não é necessariamente assim.

Mas organização política revolucionária anarquista precisa ter orientações que possam dar resposta ao problema, por exemplo, da fome, de indivíduos e grupos concretos. Pois só assim se ataca a fome em geral como produto do sistema capitalista.

O Programa Reivindicativo se apresenta assim como um conjunto de orientações para a luta e organizações de massa. Diferentemente do Programa Revolucionário, que ataca fundamentalmente as causas gerais e secundariamente as manifestações específicas, o Programa Reivindicativo faz o caminho inverso; ataca as manifestações específicas dos problemas causados em termos gerais pelo capitalismo.

Desta forma o Programa Reivindicativo corresponde aos limites impostos por uma Situação Não-Revolucionária. E se relaciona aos problemas do cotidiano de um povo. Ele se coloca como realizável dentro dos limites impostos pela ordem capitalista. Ou seja, suas reivindicações não exigem uma situação revolucionária, uma mudança global da sociedade.

O Programa Reivindicativo não supõe também uma correlação de forças globalmente favorável ao proletariado para ser implementado. Ele depende somente das condições existentes em cada local concreto. São reivindicações que podem ser alcançadas parcialmente (como por uma greve de determinada categoria para determinada categoria de trabalhadores). O que importa é a superioridade local e contextual em forças de cada grupo concreto em relação a seus inimigos.

O programa reivindicativo depende do grau de força de cada categoria ou ramo de trabalhadores. A Organização produz a Luta, e a Luta impulsiona a Organização. Quanto mais os trabalhadores se organizam para reivindicar, mais poder os trabalhadores tem. Podemos dizer que Organização é Poder.

Por exemplo, é sabido que no final nos anos 90, no Brasil, as montadoras de automóveis retiraram unidades de produção de São Paulo (da região do ABC), transferindo-as para o Nordeste e Sul. Isto para fugir da força dos sindicatos operários.

Assim, mesmo sendo realizável dentro do capitalismo num certo sentido, o programa reivindicativo joga um papel importante na formação de situações revolucionárias. A organização e a luta do proletariado tende a gerar dualidades locais de poder. Esta dualidade localizada serve de base de apoio para a expansão do poder proletário, desde que se expanda a solidariedade e organização classista.

É exatamente por isso que o próprio programa reivindicativo é um dos fatores (além de condições objetivas, como guerras, crises e etc), que ajudam na formação de uma situação revolucionária. É da multiplicação da dualidade local de poder nas diversas partes de uma sociedade, resultado da dinâmica da luta de classes, que se torna possível à formação de uma dualidade de poder no país, opondo burguesia e proletariado.

Na Rússia de 1917 foi exatamente isto que aconteceu. Os soviets foram se formando na ocasião do levante de fevereiro que derrubou o Czar Nicolau II. Três grandes reivindicações populares se colocavam então: 1) Paz, já que a guerra com a Alemanha impunha muitas mortes ao exército, que se encontrava convulsionado e enfrentado deserções em massa; 2) Pão, já que os comerciantes e contrabandistas escondiam alimentos e víveres para lucrar com a especulação, provocando a fome nas cidades; 3) Terra, já que na Rússia existiam 140 milhões de pessoas vivendo no campo e 30 mil proprietários rurais possuíam 70 milhões de dectinas, ou seja 2000 em média; e 50 milhões de camponeses dispunham igualmente de 70 milhões de dectinas, ou seja, 1, 4 dectinas em média.

Estas reivindicações concretas foram à base da mobilização revolucionária do proletariado. O Movimento popular primeiramente acreditou na aliança do POSDR (Menchevique) com o Partido Socialista Revolucionário e os Kadetes, através do Governo Provisório, formado graças à revolução política de fevereiro.

No entanto, entre fevereiro e julho, depois da subida de Kerenski ao governo, começou a ficar claro que o Governo Provisório não atenderia as reivindicações populares. O Governo não retirou a Rússia da Guerra. A especulação e a fome continuavam. Os camponeses continuavam sem terra. Os soviets começavam a ser perseguidos. Os Mencheviques defendiam sua extinção. Eles impediam a convocação de outro congresso pan-russo dos soviets.

A Insurreição de Petrogrado, organizada em parte pelo partido POSDR-Bolchevique, se deu exatamente para atender a estas reivindicações concretas e materiais. A questão é que a própria experiência da luta de classes fez com que houvesse um salto qualitativo, do reivindicativo para o ideológico.

O que quer dizer que o povo passou a reivindicar porque precisava de Paz. Pão e Terra, mas também porque tinham valores e aspirações antagônicas ao do regime e/ou sistema político e econômico. John Reed, jornalista americano que presenciou os momentos mais importantes da revolução, conta que na noite em que se votou a insurreição:

“Mas o comitê central do partido comunista estudava a insurreição. Passou a noite do dia 23 reunido. Estavam presentes todos os intelectuais do partido, os dirigentes e os delegados operários e da guarnição de Petro-

grado. Entre os intelectuais só Lênin e Trotski eram pela Insurreição. Os próprios militares manifestaram-se contra. Passou-se a votação. Os Partidários da Insurreição ficaram em minoria.

Levantou-se então, um trabalhador, de aspecto rude, terrivelmente indignado, furibundo: - Falo em nome dos proletários de Petrogrado – disse brutalmente. Somos pela insurreição. Vocês façam o que bem entenderem. Mas eu os previno: se vocês deixarem que os soviets sejam destruídos, vocês morrerão para nós. Alguns soldados os apoiaram. A questão foi novamente posta em votação e venceu.” (in “Os Dez Dias que Abalaram o Mundo”, cap. 2).

Foi isto que aconteceu na Rússia. O povo foi aprendendo que o Governo Provisório não atenderia suas reivindicações, e que somente os soviets no poder, o povo no poder, poderia atender estas reivindicações. O povo entendeu que suas reivindicações imediatas são indissociáveis da questão do poder, e que para resolver definitivamente as primeiras, tem de resolver a segunda.

O povo amadureceu sua consciência revolucionária através da experiência revolucionária. A defesa da sua organização – os soviets – passou a ser o fundamental.

Mas o programa reivindicativo não é substituído pelo programa revolucionário, eles devem ser fundidos na situação revolucionária, esta é a tarefa da organização política revolucionária. Mostrar a interconexão da reivindicação imediata com os problemas históricos. É quando fica claro para o povo que suas reivindicações concretas só podem ser real e completamente atendidas com a resolução da Questão do Poder, ou seja, pelo programa revolucionário, que as massas são ganhas para a revolução.

O programa reivindicativo ajuda assim a explicitar as contradições entre burguesia e proletariado e a formar a própria situação revolucionária, já que fornece bases para organização e mobilização do proletariado, ajudando na criação de uma situação em que o antagonismo de interesses é irreconciliável. Entre o programa reivindicativo e o programa revolucionário existe uma relação de continuidade.

Assim, a interdependência objetiva do programa reivindicativo com o programa revolucionário fica provada pela análise histórica. Se o programa reivindicativo tem a limitação de se circunscrever ao possível, as conquistas parciais dentro da sociedade capitalista, é a mobilização em torno dele a única capaz de gerar a força coletiva necessária à destruição do Estado burguês.

Por outro lado, se o programa revolucionário tem a desvantagem de não ser realizável fora de uma situação revolucionária, de exigir um grau de experiência e consciência política muito elevado, ao ponto de parecer irrealizável as grandes massas na maior parte dos momentos históricos, somente a existência dele garante a verdadeira ruptura revolucionária. Pois é o programa revolucionário que dá resposta ao problema do poder. E quem não responde esta questão ou é neutralizado pelos acontecimentos ou levado ao campo do reformismo e da reação, como aconteceu com a FAI/CNT na Espanha.

3 - Orientações para a Luta Popular: o Programa Reivindicativo

O Programa Reivindicativo que aqui apresentamos consiste num conjunto de orientações para as organizações e lutas de massas. Estes pontos são formulados em termos gerais para os problemas da realidade do Brasil. No entanto eles podem, em certo grau, se parecer com problemas dos países latino-americanos e mesmo africanos e asiáticos, e mesmo, com os de áreas pobres da Europa e EUA. As soluções que postula podem ser, em certo grau, compartilhadas.

É que as reivindicações aqui contidas correspondem não a etapas mas a situações que podem se manifestar de diferentes formas dentro de um mesmo país e nos muitos países.

Devemos entender que este programa de reivindicações procura ter uma certa durabilidade. Ele não aponta pontos muito específicos, exatamente para poder abranger uma realidade que se reproduz no curto e médio prazo.

Lembremos que existem problemas estruturais do sistema capitalista. Estes problemas estruturais se combinam com as características históricas e geográficas específicas de cada sociedade. Sabemos que o Desemprego é Estrutural no capitalismo. Mas se este desemprego abrange 50% ou 10 % da popula-

ção depende da situação histórica. E esta diferença de situação faz toda “diferença”.

Por isso é fundamental compreender os problemas estruturais do capitalismo dentro da conjuntura. Entender que os principais problemas do Brasil no início do século XXI são o produto de um longo processo histórico que levou a concentração de terras, da renda, a concentração urbana desordenada, ao aumento da violência e autoritarismo.

As grandes Questões do País nosso país, o Brasil (Questão Político-Econômica, Questão Urbana, Questão Agrária e etc) só podem ser resolvidas através da revolução, já afirmamos. Mas suas manifestações locais e concretas devem ser combatidas pela organização e luta classista.

É para dar resposta a estas manifestações concretas, múltiplas e parciais dos problemas gerais do capitalismo, que formulamos nosso programa reivindicativo. É sobre ele que se deve pautar a luta política de massas realizada pela União Anarquista, pois reúne as características exigidas pelo método materialista de mobilização do proletariado. Ou seja, não coloca questões políticas, ideológicas e etc, como critério para recrutamento adesão de novos membros, somente exige a condição proletária e a disposição para a solidariedade e luta por reivindicações concretas.

A história econômica e social contemporânea mostra a regularidade de certos fatos. O desenvolvimento tecnológico tem levado ao desemprego em massa. Não só trabalhadores perdem o emprego, como existem milhares de pessoas de novas gerações que sequer conseguem entrar no mundo do trabalho.

Paralelamente, as economias capitalistas, submetidas ao regime da burocracia e da especulação, produzem nos momentos de crise o que nas últimas décadas vem sendo chamado de inflação (que assolou o Brasil e a América Latina nos anos 80 do século XX). A inflação na prática significa o sacrifício dos trabalhadores e desempregados, cada vez mais empobrecidos, em favor dos capitalistas, que preservam e freqüentemente aumentam seu lucro mesmo nas crises.

Por isso, devemos opor a sociedade do desemprego e da inflação, que manifesta de forma mais ou menos violenta em cada país e conjuntura, e esmaga o direito dos trabalhadores e do povo, reivindicações que possam ser um contra-

peso a estes fenômenos. É por isso que uma bandeira reivindicada deve ser o Direito ao Trabalho.

Esta bandeira deve ser defendida através de duas grandes medidas: 1ª) Indexação dos Salários; 2ª) Indexação Social da Jornada de Trabalho. A indexação dos salários pelo nível de inflação do país visa impedir que os trabalhadores paguem a conta das flutuações da economia capitalista. Este mecanismo garante a reposição contínua dos salários e evita o empobrecimento geral dos trabalhadores.

A Indexação Social da jornada de trabalho visa combater o desemprego em cada categoria profissional e ramo da economia. Isto significa que a jornada de trabalho de cada categoria deve ser fixada em cima da oferta real de mão de obra, de forma a abranger todos os trabalhadores do ramo. Esta medida garante a incorporação dos demitidos e jovens desempregados. É claro que a redução da jornada de trabalho exige a manutenção dos salários, e não sua redução proporcional.

Outra bandeira fundamental, visto que o Brasil é um país que tem uma grande massa de população rural, é o Direito a Terra. Mais de 20 milhões de camponeses no Brasil, e sua grande maioria, vive praticamente na miséria, com pouca terra para produzir e sem dinheiro, porque sem trabalho. Duas medidas reivindicativas devem ser defendidas: 1ª) Desapropriação e Distribuição de Terras; 2ª) Subsídios para os Trabalhadores Rurais.

A população pobre se concentra em grande parte nas capitais e regiões metropolitanas do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte). O aumento da inflação e do desemprego agrava a situação de miséria do proletariado das cidades. Neste sentido, o acesso a dois Direitos deve ser defendido como bandeiras: o Direito a Moradia e o Direito a Saúde e Educação.

Três medidas devem ser defendidas para defesa do Direito a Moradia: 1) Indexação dos aluguéis (valor máximo proporcional à renda dos inquilinos); 2ª) Desapropriação de Imóveis abandonados para assentamento de famílias; 3ª) Subsídios para a construção de habitações populares.

O acesso à saúde e educação têm sido comprometido nos últimos anos no Brasil devido a onda de privatização. O desmonte do sistema público e seu sucateamento massacram ainda mais a população. Torna ainda mais insuficien-

tes os salários. E novamente, é o proletariado marginal, periférico em relação às instituições econômicas capitalistas, que mais sofre.

Neste sentido, é preciso ter medidas para combater esta situação e garantir o Direito a Saúde e Educação: 1ª) Duplicação proporcional do sistema público (em relação ao privado); 2ª) Resgate do Investimento Público (profissionais formados em instituições públicas terão obrigatoriamente de trabalhar determinado período em instituições públicas).

O proletariado marginal, sem renda regular, é o que fica mais sujeito a exclusão do acesso a educação, saúde e moradia. Isto significa que quanto mais pauperizada é a fração proletária, mais importante se tornam estes direitos. A luta por estes direitos deve ser colocada em pé de igualdade com as reivindicações do proletariado industrial e o proletariado do comércio e serviços. O que significa que a fábrica não é o único espaço importante de mobilização do proletariado.

A Questão da Violência no Brasil tem diversas manifestações concretas. Os números de morte denunciam a existência de uma situação de guerra civil nas principais metrópoles brasileiras. Segundo os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Em 1980, o total de homicídios no Brasil foi de 13.910. Passou para 31.989 em 1990 e chegou em 45.343 em 2000.

No total, 598.367 pessoas foram vítimas de homicídios entre 1980 e 2000. No ano de 1999, o MNDH (Movimento Nacional de Direitos Humanos) estima terem ocorrido 46 mil homicídios no Brasil. Cerca de 8,25% foram de responsabilidade do aparato policial e grupos de extermínio. Em termos raciais (nos casos de homicídios cometidos por policiais e grupos de extermínio) os "não brancos" chegam a compor 84,96% das vítimas.

A violência se exerce nas favelas e bairros pobres, atingindo fundamentalmente os trabalhadores. A questão da violência se entrelaça com a do racismo. A violência no Brasil se relaciona ao processo histórico, que vem desde a escravidão passando pelas duas ditaduras do século XX (Ditadura Vargas, 1937-1945; e a Ditadura Militar, 1964-1989).

Os dados sobre a violência contra as mulheres são alarmantes: a cada 15 segundos, uma mulher é espancada no Brasil. Dos casos de agressão, 70%. No Brasil temos uma população de cerca de 86 milhões de mulheres, no entanto,

essas trabalhadoras recebem 69% dos salários que normalmente são pagos aos homens e apenas 17% delas têm carteira de trabalho assinada, mesmo sendo chefes de família de 32% dos lares brasileiros.

A violência da mulher se entrelaça com a desigualdade econômica e com o machismo. O fato de as mulheres receberem menores salários faz com que tenham menos condições de levar uma vida autônoma, escapando assim a violência doméstica. Além disso, o ordenamento jurídico e policial, patriarcal e machista, favorece a desigualdade.

Neste sentido, defender a bandeira dos Direitos Civis é fundamental. Principalmente quando lembramos que os pobres são a grande maioria da nossa população, e dentre eles, as mulheres e negros predominam, a importância destas reivindicações se confirma.

Devemos ter como medidas reivindicativas: 1ª) Liberdade de Reunião, Palavra, Organização nas favelas, bairros pobres de periferia e etc.; 2ª) Respeito às Garantias de Inviolabilidade da Pessoa e Domicílio; 3ª) Igualdade de salários, oportunidades e direitos para negros, mulheres e índios.

Todas estas reivindicações só são realizáveis como consequência direta da mobilização popular. O processo de luta e organização, no entanto deve obedecer a critérios revolucionários. Estes critérios se resumem na idéia de Controle Proletário sobre os espaços trabalho, moradia, estudo e instituições públicas.

As conspirações burguesas (corrupção, golpes, e operações legais e ilegais que prejudicam o povo) só são realizadas por ausência de uma oposição vigilante. Neste sentido, o controle se apresenta como expressão local do poder popular, como manifestação pontual da força coletiva do proletariado.

As medidas concretas para um efetivo controle, são 1ª) o controle das informações, 2ª) controle das ações; 3ª) controle de espaços sociais e geográficos. Todas as contas das empresas e do estado devem ser abertas ao público; todas as ações, tratados e acordos; todas as ações econômicas e políticas devem sofrer o peso do juízo popular, nenhuma obra pública e instituição prestadora de serviço deve agir a revelia da população.

A idéia de controle operário, exercido no e sobre o universo da fábrica, da produção, materializado nos comitês de fábrica (organismo de gestão econô-

mica das empresas) deve ser alargada. A idéia de Controle Proletário remete ao controle exercido por todas frações econômicas proletárias sobre fabricas, lojas e terras e etc..

O Controle Proletário é o controle do operário sobre a fábrica, do bancário sobre as atividades do banco, do funcionário do comércio sobre a loja. Mas os serviços públicos também precisam ser controlados pelos usuários, no caso brasileiro, sua grande maioria, o proletariado marginal. As escolas, hospitais, universidades devem sofrer esta oposição e controle permanente.

Mas, entretanto, precisamos distinguir o que chamamos de Controle Proletário da Co-gestão burguesa e reformista. No Brasil temos diversos exemplos, como o orçamento participativo, no âmbito público, e no espaço da fábrica, as diversas formas de participação nos lucros e gerencia de empresas.

O controle proletário é radicalmente contra essas formas de co-gestão. O controle proletário cria uma dualidade de poder, ele aparece através da oposição concreta (de reivindicações, exigências), na luta política. A co-gestão é um espaço de colaboração, não de enfrentamento. Podemos dizer que são formas de controle sobre o proletariado, não do proletariado sobre alguma coisa.

O controle proletário é uma das principais bandeiras de reivindicação. As organizações de massas devem sempre ter inscrito junto com suas exigências, suas reivindicações concretas, a exigência de garantias da gestão de seu espaço de trabalho e vida. Desta forma, o controle se apresenta como sinônimo de autonomia, auto-governo. As fabricas ocupadas e cooperativas, projetos, e todas as organizações criadas pelos trabalhadores, devem ser geridas sempre neste espírito, do controle autônomo, coletivo e democrático.

4 – Orientações para a Situação Revolucionária: o Programa Revolucionário

O Programa Revolucionário é uma das bases de sustentação e recrutamento da organização política revolucionária anarquista. Programa Reivindicativo é ponto de mobilização do proletariado e de recrutamento nas organizações de massa criadas e/ou impulsionadas pela União Anarquista (o Braço de Massas).

Ou seja, os programas correspondem à dialética da organização revolucionária com a organização de massas.

Diante de uma situação revolucionária, tal programa se apresentará como eixo de estruturação do movimento revolucionário, que o estimulará e conduzirá a linha de ação correta. Nosso programa então, realizável numa situação revolucionária, no entanto é preparado desde hoje pelo programa reivindicativo.

Por isso, o Programa Revolucionário se coloca desde o princípio como exigência; ele orienta e ajuda as massas na sua luta pela libertação. Com orientações vagas e genéricas um movimento degenera em reformismo idealista. E as ideologias políticas se desmoralizam.

Por isso, a União Popular Anarquista adotou um programa de 40 pontos, que apresentam medidas práticas para combater e resolver as questões estruturais do Brasil.

Para estabelecer tais medidas a União discutiu e identificou um conjunto de Questões centrais que afetam a sociedade brasileira: 1) Questão Político-Econômica; 2) Questão da Dependência Externa; 3) Questão Agrária; 4) Questão Urbana; 5) Questão da Desigualdade Regional; 6) Questão da Violência; 7) Questão Étnico-Racial; 8) Questão de Gênero; 9) Questão Ecológica.

A Questão Político-Econômica e sua resolução é pré-condição para as outras, que são em grande medida geradas ou reforçadas devido ao problema político-econômico. As manifestações mais cruéis deste problema são: 1) a miséria, a fome e a opressão; 2) a desigualdade de renda; 3) o desemprego. Estes problemas específicos são resultados necessários do capitalismo; por isso, para acabar com eles, é preciso atacar a organização político-econômica capitalista.

A Questão da Dependência Externa se vincula diretamente a organização capitalista. Os problemas econômicos são agravados por ele. Suas manifestações são: 1) a transferência de renda (capital) do Brasil para os países imperialistas e organismos internacionais; 2) ingerência política e militar nos assuntos do país; 3) imposição de limites as atividades econômicas e científicas.

A eliminação do sistema capitalista implica uma desarticulação quase total dos mecanismos da Dependência Externa. Mas falta ainda eliminar determinados dispositivos que agem no sentido de favorecer o imperialismo. Eliminando

os fatores restantes da Dependência, estamos consolidando a liquidação do capitalismo.

A Questão Agrária e A Questão Urbana também se relacionam diretamente e em grande parte com a questão político-econômica, mas não se reduzem a ela. Elas dizem respeito às condições gerais de vida (mortalidade, moradia, acesso a serviços básicos como saúde e educação, e etc.), e é preciso enfrentá-las a fim de corrigir, dentre outras questões, a organização espacial e geográfica oriunda da exploração capitalista e, neste sentido, da formação histórica do país.

A Questão da Desigualdade Regional é uma conseqüência também da história do capitalismo no Brasil. A concentração do trabalho, da educação e de todos os recursos em duas regiões do país (Sul/ Sudeste) segue a lógica de concentração de capital nas mãos da burguesia. Ele se manifesta: 1) na concentração regional da renda; 2) na concentração populacional; 3) nos grandes índices de miséria fora da região concentradora.

Para desconcentrar o poder político, e não permitir a geração de “elites proletárias”, é preciso então desconcentrar todas as atividades e recursos econômicos, permitindo assim a maior igualdade econômica, política e social.

A Questão da Violência no Brasil, apesar de articulada com a organização política-econômica, é engendrada por uma lógica política estrutural específica do Brasil e por uma estratégia repressiva bem contemporânea.

Suas manifestações são: 1) a violência da repressão social, movida pelo aparelho repressivo de Estado, que mata milhares de pessoas por ano, impunemente; 2) a violência da repressão política, que se combina com a primeira, com o extermínio das manifestações políticas populares; 3) a violência difusa do povo contra o povo.

Resolver o problema da violência é resolver uma das piores mazelas de nossa sociedade; é salvar a vida de milhares de pessoas, vítimas de uma sociedade corrupta e autoritária.

A Questão Étnico-Racial é histórica na sociedade brasileira. Ele antecede a formação do capitalismo, mas marcou a própria formação do capitalismo no país. O início da industrialização excluiu os negros, incentivou o “branqueamento” através do estímulo à migração (de europeus).

Hoje a influência do racismo na sociedade brasileira se manifesta: 1) na supremacia branca, já que a burguesia brasileira, a classe dominante, é majoritariamente branca; 2) na miséria da maioria da população negra e indígena; 3) nos maiores índices de assassinatos de negros pelas forças repressivas; 4) na difusão de preconceitos racistas.

A destruição do capitalismo através da revolução social anarquista implica a destruição da supremacia branca, já que a burguesia é liquidada; as soluções para os problemas anteriores (violência, desigualdade econômica) eliminam necessariamente os três primeiros problemas. Mas para garantir efetivamente a supressão do racismo é preciso medidas específicas.

É como diz Proudhon: *“O principio federativo aparece aqui intimamente relacionado com o da igualdade social das raças e do equilíbrio das fortunas. O problema político, o econômico e o das raças constituem um mesmo e único problema, que se trata de resolver pela mesma teoria e pela mesma jurisprudência.”* (Proudhon, Do Princípio Federativo, p.127).

A Questão de Gênero também imbricada com a organização capitalista, já que o capitalismo reproduz uma estrutura patriarcal. No Brasil isto se manifesta nos seguintes problemas; 1) o empresariado é majoritariamente masculino, enquanto grande parte do proletariado é composto de mulheres; 2) as mulheres recebem menores salários; 3) violência doméstica contra a mulher; 4) os preconceitos contra a mulher.

O problema da igualdade política e econômica resolvidos pela revolução social, precisam ser consolidados por medidas que impeçam a geração de novas desigualdades e a reprodução de preconceitos e práticas inaceitáveis. Neste sentido, o solucionamento do problema da desigualdade de gênero é um complemento necessário a consolidação da revolução social.

O último tema, A Questão Ecológica poderia ser também o primeiro. Ele se relaciona diretamente a reprodução da própria sociedade. O sistema socialista tem ser ecologicamente viável. A Questão Ecológica se manifesta: 1) na depredação ambiental, na matança de animais e destruição da flora; 2) no esgotamento de recursos necessários a sobrevivência da sociedade; 3) na deterioração das condições gerais de vida.

A eliminação do capitalismo muda a lógica da atividade econômica, diminuindo a depredação ambiental. Mas se torna necessário ter medidas que façam com que estes três problemas sejam efetivamente resolvidos. Disso depende a própria viabilidade da sociedade socialista.

O II Congresso, tratando com estes problemas da sociedade brasileira, que estão dados na atual conjuntura e que tendem a se aprofundar nos próximos anos, definiu um conjunto de medidas programáticas a serem defendidas pela União Anarquista, como política a ser empreendida após a ruptura revolucionária:

Medidas do Programa

A Questão Político-Econômica:

- 1) supressão do poderes legislativo, executivo e judiciário do Estado burguês;
- 2) instauração do Congresso do Povo como organismo político máximo da Nação;
- 3) instituir o trabalho como base de todos os direitos, civis, políticos e sociais;
- 4) instituir o mandato imperativo e a revogabilidade para todos os cargos do sistema político e econômico;
- 5) Instituir a total liberdade de imprensa e propaganda, associação e reunião;
- 6) Expropriação de toda propriedade privada e estatal seguida de sua Coletivização;
- 7) Igualdade de todos os salários por hora trabalhada;
- 8) Redução da jornada de trabalho para que todos trabalhem.

A Questão da Dependência Externa:

- 9) Liquidação dos acordos comerciais, financeiros e políticos (dívida externa, mercosul, ALCA etc...);
- 10) Liquidação dos organismos militares e diplomáticos estrangeiros em território nacional;
- 11) Nacionalização e coletivização das empresas estrangeiras, o que significa passá-las para o controle da classe trabalhadora brasileira.

A Questão Agrária:

- 12) Distribuição de terra para os que nela trabalham e para o povo;
- 13) Incentivo à exploração coletiva da terra com respeito à posse individual e familiar;
- 14) Incentivo à migração urbano-rural;
- 15) Capacitação profissional e técnica para as atividades agropecuárias;

A Questão Urbana:

- 16) Desconcentração populacional das metrópoles com ênfase na ruralização e na migração inter e intra-regional;
- 17) Desconcentração territorial das instituições de interesse público bem como sua universalização;
- 18) Estabelecer a posse dos inquilinos com o fim dos aluguéis;
- 19) Promoção de um massivo programa de construção de casas populares, visando garantir o acesso à moradia digna para todos;
- 20) Transformar determinadas propriedades burguesas nas cidades (como hotéis de luxo, mansões, Shoppings, condomínios) em espaços de interesse público e uso coletivo.

A Questão da Desigualdade Regional:

- 21) Desconcentração regional das atividades econômicas industriais e agrícolas (Redistribuir as atividades do sul-sudeste pelas regiões norte, nordeste e centro oeste);
- 22) Promover a distribuição regional das instituições do interesse público como: saúde, educação, “previdência” etc;
- 23) Desconcentração das atividades estratégicas como: geração de energia, telecomunicação etc;
- 24) Planificar a economia de acordo as potencialidades regionais.

A Questão da Violência:

- 25) Liquidação das forças armadas e de segurança do estado;
- 26) Distribuição de armas para o povo e a promoção do treinamento militar;
- 27) Organização de milícias populares;
- 28) Consolidação das forças armadas revolucionárias;
- 29) Promoção do revezamento entre as atividades de trabalho e militares (treinamento militar, serviço nas milícias ou forças armadas revolucionárias);
- 30) Liquidação das atividades e organizações criminosas e para-militares;

A Questão Étnico-Racial:

- 31) Combate a todo tipo de manifestação do racismo e desigualdade racial no campo político e cultural;
- 32) Valorização da população afro descendente e indígena bem como do seu patrimônio histórico cultural;
- 33) Garantir o respeito aos direitos dos povos indígenas e das comunidades remanescentes de quilombo e a demarcação imediata de suas terras.

A Questão de Gênero:

- 34) Combate a todo tipo de manifestação do machismo e sexismo e a desigualdade de gênero no campo político e cultural;
- 35) Reprimir com toda força necessária a violência contra a mulher;
- 36) Eliminar a exploração sexual e combater à prostituição.

A Questão Ecológica:

- 37) Promoção da planificação da economia com base no equilíbrio ecológico (utilização e renovação dos recursos naturais);
- 38) Promoção da educação ambiental para todos;
- 39) Promoção da substituição do uso de recursos não renováveis por recursos renováveis, com base na pesquisa científica e tecnológica;
- 40) Promoção do desenvolvimento tecnológico de forma ecologicamente responsável.

5 – A Árvore e a Semente: o Papel e Interdependência dos Programas

Podemos dizer que o Programa Reivindicativo é fundamental para iniciar e criar um movimento de massas e também faz-lo crescer. Mas ele também ajuda a criar a situação revolucionária, já que mobiliza parcelas importantes do proletariado.

No entanto, o Programa Reivindicativo, tomado em si mesmo, pode simplesmente degenerar em reformismo. É importante ter um Programa revolucionário que vincule, mostre o caminho, que conduza o povo na luta pelo socialismo. Que permita que ele não se iluda pela solução reformista e/ou burguesa. O Programa Revolucionário está para o Programa Reivindicativo como a árvore está para semente.

Sem a semente, não existe árvore. Mas nada garante que a semente por si só, sozinha, lançada ao solo vingue. É o trabalho contínuo e a vigilância do agricultor, zelador afetuoso, que garante que a árvore se desenvolva, vingue e dê seus frutos. Sem este trabalho a semente pode morrer ou ser arrancada a qualquer momento. E se a semente não se torna árvore, ela não cumpre seu ciclo completamente.

O Programa Reivindicativo é o germe, é a semente. O programa revolucionário é a árvore, já definitivamente desenvolvida. O agricultor que traz par si a responsabilidade de lançar as sementes e cuidar do solo, e da plantação, é a organização política revolucionária. É o trabalho do agricultor, combinado com as condições objetivas (a qualidade do solo, o clima, e a sorte) que fazem com que seja possível que a semente brote e floresça.

Anarquismo é Luta!!!

Ir ao Povo - lutar para organizar, organizar para lutar!!!

Construção do Comitê de Propaganda da UNIPA

Como o objetivo de divulgar a teoria e a ideologia bakuninista e intervir na luta de classes, a União Popular Anarquista (UNIPA) está fomentando a construção de *Comitês de Propaganda* por todo o país.

Os *Comitês de Propaganda* têm a função de distribuir os boletins e os documentos da UNIPA, organizar seminários e debates, bem como auxiliar com apoio material em geral. Além de contribuir com informes locais, podendo enviar textos e análises, que poderão ser publicados de acordo com nossa política editorial, e também propor pautas para os boletins.

O bakuninismo é um importante instrumento para a construção da revolução proletária, por isso, convidamos todos os companheiros e companheiras para difundir sua teoria e sua ideologia.

Ousar lutar, ousar vencer!

Construção de Pró-Núcleos da UNIPA

O atual contexto da luta de classes no Brasil exige um posicionamento ideológico e teórico correto dos militantes dos movimentos sindical, estudantil e popular. O bakuninismo fornece a teoria, a estratégia e o programa revolucionário capaz de romper com o reformismo e avançar para a construção da ruptura socialista e revolucionária.

A União Popular Anarquista (UNIPA) convoca todos os companheiros e companheiras dos movimentos sindical, estudantil e popular, que tenham acordo político com o bakuninismo e desejem ingressar nos quadros da nossa organização, para a construção de Pró-núcleos da UNIPA por todo o país.

Além da propaganda, os *Pró-núcleos* da UNIPA atuam na luta de classes a partir da unidade teórica, estratégica e programática com a organização.

O bakuninismo é um importante instrumento para a construção da revolução proletária, por isso, convocamos todos os companheiros e companheiras para se organizarem em torno de sua teoria e sua ideologia.

Entre em contato: unipa_net@yahoo.com.br | www.uniaoanarquista.org

“Não transigir significa não se vender ao capitalismo e ao reformismo; é permanecer fiel aos postos de combate do bakuninismo. A revolução social depende da firmeza ideológica das vanguardas populares, e o conjunto do povo depende da revolução social. Honremos nossos compromissos enquanto amigo do povo e defensores da causa do povo. Tenhamos só um dever: fazer a revolução.”

Resoluções do II CONUNIPA

“O Programa Reivindicativo não é substituído pelo Programa Revolucionário, eles devem ser fundidos na situação revolucionária, esta é a tarefa da organização política revolucionária. Mostrar a interconexão da reivindicação imediata com os problemas históricos. É quando fica claro para o povo que suas reivindicações concretas só podem ser real e completamente atendidas com a resolução da Questão do Poder, ou seja, pelo Programa Revolucionário, que as massas são ganhas para a revolução.”

Programa Reivindicativo e Programa
Revolucionário